

“Inconcebível”, reagiu vice-presidente

Alckmin condena Israel por massacre em fila por comida

Rafa Neddermeyer - ABR



“Abrir fogo contra civis viola os preceitos mais básicos de humanidade”

O vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) repudiou, na noite da sexta-feira (1º), o abjeto ataque de soldados israelenses na Faixa de Gaza contra palestinos que aguardavam por ajuda humanitária, o que resultou em mais de 100 mortes de civis - especialmente mulheres e crianças - e mais de 800 feridos. O presidente da República em exercício criticou a ação e afirmou que se trata de situação “inconcebível” a do Estado de Israel, em Gaza. “Fiquei absolutamente chocado com a notícia do ataque contra civis palestinos”, disse. **Pág. 3**



Reprodução Instagram



Chico Buarque: “Quero me somar às vozes contra o genocídio de palestinos”

O cantor e compositor Chico Buarque se manifestou em suas redes sociais condenando o morticínio promovido por Israel contra os palestinos. **Pág. 3**

Lula: “É preciso dar um basta à carnificina de Israel em Gaza”

Lula disse que é preciso “parar a carnificina em nome da sobrevivência da humanidade”, em discurso na 8ª Cúpula da Celac. **P. 3**

Aziz: “Netanyahu fez uma chacina contra mulheres e crianças”

“É uma verdadeira chacina de seres humanos, de crianças e mulheres”, denunciou o senador Omar Aziz (PSD-AM). **Pág. 3**

PIB cresce 2,9%, mas indústria de transformação encolhe 1,3%



Israel mantém morticínio. Na foto, mulher chora pelo filho, no hospital Deir al-Balah, Centro de Gaza

Israel atira e mata mais de 100 palestinos na fila de famintos

Tropas israelenses dispararam contra milhares de palestinos que se reuniam em volta de caminhões das Nações Unidas com suprimentos alimentares, na quinta-feira (29). Até o momento, há mais de 104 mortos e 800 feridos (dados da Agência palestina de notícias Wafa). Fontes médicas alertaram que dezenas de feridos foram transferidos para o Hospital Al-Shifa, frisando que estes números excedem a capacidade da equipe de socorro, diante da falta de pessoal e remédios. As hordas fascistas se aproveitaram da concentração para abrir fogo contra a multidão na rua Haroun Al Rasheed, a sudoeste da Cidade de Gaza. Em requinte de crueldade, anestésicos, muletas, cilindros de oxigênio encabeçam a lista de itens de ajuda humanitária para Gaza barrada por Israel, revelou a CNN. **Página 7**

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu 2,9% em 2023, impulsionado pelo recorde da safra de grãos de soja e milho, com a Agropecuária registrando alta de 15,1% no ano, segundo dados do IBGE. No entanto, a indústria de transformação - o setor que tem o maior poder de dinamizar a economia - encolheu 1,3% em comparação com 2022. O economista José Luis Oreiro, professor do Departamento de Economia da UnB, alertou sobre a queda na taxa de investimentos, que foi de 17,8% do PIB em 2022 para 16,5% do PIB em 2023. **Pág. 2**

Construção civil pagou a conta dos juros altos, analisa a CBIC

Em 2023, os juros altos travaram os investimentos em construção, analisa a CNI. No ano, o PIB da Construção registrou uma queda de 0,5%, segundo o IBGE. Os investimentos em construção saíram dos 5,9% em 2022 para -0,5% em 2023, conforme a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que mede os investimentos dentro do PIB. **Pág. 2**

Governo de SP coage municípios para que Sabesp seja privatizada

A denúncia foi feita ao HP pelo engenheiro Amauri Pollachi, conselheiro do Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (Ondas) e diretor de Relações Externas da APU, Associação dos Profissionais Universitários da Sabesp. A privatização proposta por Tarcísio acaba com autonomia dos municípios e desmancha a agência reguladora Arseps, denunciou. **P. 4**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

PIB 2023 fica em 2,9%, mas indústria de transformação encolhe Investimentos em máquinas e equipamentos recuam 3%

“Construção civil pagou a conta dos juros em alto patamar”, diz CBIC

Em 2023, os juros altos travaram os investimentos em construção, segundo a ConfNo ano, o PIB da Construção registrou uma queda de 0,5%, segundo divulgou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na última sexta-feira (1º).

Os investimentos em construção saíram dos 5,9% em 2022 para uma queda de -0,5% em 2023, conforme a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que mede os investimentos dentro do PIB.

No ano, a FBCF fechou com uma queda de 3% em relação a 2022. O setor de construção corresponde por 45% do total dos investimentos analisados pelo indicador FBCF no ano passado. Os investimentos em máquinas e equipamentos, que recuaram -9,4%, correspondem a 37,8% e outros investimentos, 16,8%.

Durante a maioria dos meses do ano passado, o Banco Central (BC) manteve a taxa básica de juros Selic em 13,75% ao ano, patamar fixado em agosto de 2022. Somente em agosto de 2023 o BC iniciou o ciclo de cortes na Selic, mas de forma “pingada”, reduzindo – em cada reunião – em 0,5 pontos percentuais a taxa, que encerrou o ano em 11,75%, nível ainda muito elevado.

“A construção pagou a conta das taxas de juros em alto patamar”, criticou a economista da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil), Ieda Vasconcelos. Segundo Ieda, a pesquisa Sondagem da Construção, realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), com o apoio da CBIC, mostrou que os juros altos ocuparam o topo do ranking dos principais problemas do setor em 2023.

A economia brasileira terminou o ano de 2023 com crescimento de 2,9%, de acordo com o IBGE. Esse crescimento foi puxado, principalmente, pelas altas de 15,1% na agropecuária, de 8,7% da indústria extrativa e pelas exportações, que cresceram 9,1% frente a 2022.

Horas trabalhadas e salários recuam em janeiro, diz Fiesp

As horas trabalhadas na produção e os salários reais na indústria paulista caíram em janeiro deste ano, aponta a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), ao divulgar dados do setor nesta quarta-feira (28).

De acordo com a entidade, as horas trabalhadas na produção da indústria de transformação paulista recuaram 0,5% na passagem de dezembro de 2023 para janeiro deste ano. Já os salários reais médios caíram em -0,7% na mesma análise, sendo a segunda queda seguida. Em dezembro de 2023, o indicador havia caído -0,3%.

Nos 12 meses encerrados em janeiro de 2024, as horas trabalhadas na produção e os salários reais médios acumularam altas de +0,7% e +1,0% respectivamente.

Já o Nível de Utilização da Capacidade

Instalada ficou em 78,6% em janeiro, sendo -1,2 p.p. abaixo do registrado no mês anterior (79,8%), ficando no mesmo patamar de utilização de janeiro de 2023.

Por outro lado, houve mais uma melhora nas vendas reais da indústria do estado de São Paulo, com alta de 0,5% no mês de janeiro deste ano frente a dezembro de 2023, que também apresentou elevação de 3,1%.

No acumulado de 12 meses até janeiro de 2024, as vendas reais ficaram -10,6% abaixo do registrado para o mesmo intervalo de tempo de 2023. Nesse tipo de análise, as vendas reais estão no polo negativo desde 2022, época que recuaram em -11,2%.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/horas-trabalhadas-e-salarios-recuam-na-industria-paulista-em-janeiro-segundo-fiesp/>

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HP
HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo - SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@yaho.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusá, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Foto: José Paulo Lacerda/CNI

Foto: Raífa Neddermeyer/Agência Brasil



“Declínio mais intenso no ano passado foi justamente a produção de bens de capital”, aponta o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi)



Economista José Luis Oreiro, professor da Universidade de Brasília PIB mostra crescimento mediano, de má qualidade e não sustentável, alerta Oreiro

Ao avaliar o resultado do PIB (Produto Interno Bruto) em 2023, divulgado pelo IBGE na sexta-feira, 1º de março, o economista José Luis Oreiro, professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília alerta sobre a queda na taxa de investimentos para 16,5%. O economista defende que a taxa seja aumentada no mínimo para 20% do PIB para um crescimento sustentado.

JOSÉ LUIS OREIRO*

A economia brasileira apresentou um crescimento de 2,9% no acumulado de 2023 e de 0,0% na comparação entre o quarto trimestre de 2023 com o terceiro trimestre. Trata-se de um crescimento mediano do PIB, compatível com um crescimento de apenas 2,2% do PIB per capita, um nível bom mas insuficiente para o Brasil fazer o catching-up com relação as economias de alta renda.

Do lado da demanda, observamos que o crescimento foi puxado pelo consumo das famílias o que apresentou um crescimento de 3,1% em 2023. A decepção veio da formação bruta de capital fixo, que apresentou uma queda 3% em quatro trimestres. Com isso a taxa de investimento da economia brasileira recuou de 17,8% do PIB em 2022 para 16,5% do PIB em 2023. Esse comportamento da taxa de investimento deve acender um sinal de alerta para a equipe econômica do governo no que se refere a sustentabilidade da atual trajetória de crescimento. Isso porque o crescimento com estabilidade de preços só é possível se a demanda agregada e a capacidade produtiva estiverem crescendo em linha uma com a outra.

O problema é que a redução da taxa de investimento entre 2022 e 2023 fez com que a taxa de crescimento do PIB compatível com a estabilidade de preços se reduzisse de 2,43% para 2,0% [cálculos do autor]. Dessa forma, um crescimento de 2,9% do PIB em 2023 não é sustentável a médio prazo pois irá levar a um aumento da pressão

inflacionária, produzindo um fim prematuro do atual ciclo de queda da taxa Selic. Nesse contexto, a equipe econômica deveria pensar em algum tipo de flexibilização do atual arcabouço fiscal de maneira a permitir um incremento considerável do investimento em infraestrutura do governo central ao longo de 2024. Para que a economia brasileira possa crescer de forma sustentada a, pelo menos, 3% a a taxa de investimento precisa ser aumentada para 20% do PIB.

Do lado da oferta, a indústria cresceu abaixo do PIB, apresentando um crescimento de 1,6% ao longo do ano de 2023. No entanto, quando desagregamos os dados de crescimento da indústria verifica-se que o mesmo foi puxado pela indústria extrativa (petróleo e gás natural e de minério de ferro) que apresentou um crescimento de 8,7% e pela indústria de serviços de utilidade pública como Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos que apresentou um crescimento de 6,5%. A indústria de transformação, que é o setor mais intensivo em tecnologia e em máquinas e equipamentos, com maior encadeamento para frente e para trás na matriz produtiva apresentou uma queda de 1,3% causado principalmente pela queda na fabricação de: produtos químicos; máquinas e equipamentos; metalurgia; indústria automotiva; ou seja, pela queda dos produtos de bens manufaturados mais intensivos em tecnologia.

Sendo assim, o processo de desindustrialização prematura da economia brasileira continua de vento em popa, apesar de todo o discurso da equipe econômica sobre uma neo-industrialização da economia brasileira. Os dados de 2023 nos mostram que no que se refere a mudança estrutural da economia brasileira na direção de uma economia mais sofisticada e baseada no conhecimento, ao invés da produção e exportação de produtos primários (minério de ferro, soja e carne), o governo demonstrou até agora mais boas intenções

do que resultados práticos.

O destaque do PIB do lado da oferta foi a agropecuária que apresentou um crescimento de 15,1% ao longo do ano de 2023 puxado pelo crescimento da produção de soja (27,1%) e milho (19,0%), que alcançaram níveis recordes na série histórica. Deve-se ressaltar que a produção de soja é destinada quase que inteiramente para a exportação, contribuindo muito pouco para o abastecimento do mercado interno e, portanto, para a redução do custo de vida do povo brasileiro. Já algumas lavouras que tem uma maior importância para o abastecimento do mercado doméstico registraram queda na estimativa de produção anual, como, por exemplo, trigo (-22,8%), laranja (-7,4%) e arroz (-3,5%).

Os dados do PIB pelo lado da oferta mostram um crescimento estruturalmente ruim. O Brasil continua na sua trajetória de se tornar – se é que já não se tornou – um grande fazendeiro cercado de serviços de baixa intensidade tecnológica e baixa capacitação profissional por todos os lados. Essa é o caldo de cultura perfeito para um eventual retorno do Bolsonarismo ao poder, talvez em outros trajes, nas eleições de 2026. O governo precisa empreender uma mudança no modelo de desenvolvimento econômico e dar menos importância para querelas insignificantes sobre o resultado primário de 2024 antes que seja tarde demais.

*JOSÉ LUIS OREIRO – Professor Associado do Departamento de Economia da Universidade de Brasília e do Programa de Doutorado em Integração Econômica da Universidade do País Basco, Pesquisador Nível I do CNPq, Conselheiro do CORECON-DF, Membro da Post-Keynesian Economics Society, Coordenador da área de pesquisa de Macroeconomia Desenvolvimentista da European Association for Evolutionary Political Economy (EAEPE) e Coordenador do Grupo de Pesquisa Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento.

Com a queda da Formação Bruta de Capital Fixo, a taxa de investimento da economia caiu de 17,8% em 2022 para 16,5% em 2023

Os investimentos em máquinas e equipamentos, construção, entre outros, seguiram em baixa no ano de 2023, um recuo de 3% no ano, conforme a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), indicador que mede os investimentos dentro do Produto Interno Bruto (PIB). Este foi o pior resultado de queda da FBCF para um ano desde 2016 (-12,1%), um período marcado por recessão econômica.

Com o terceiro resultado consecutivo de queda no ano, a taxa de investimentos em 2023 ficou em 16,5% do PIB, 1,3 ponto percentual (p.p) abaixo do que foi registrado em 2022 (17,8%). Esse é o pior resultado desde 2019, quando a taxa ficou em 15,5%.

“Este cenário negativo dos investimentos”, avalia a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), “tem sido caracterizado, sobretudo, pela fragilidade do segmento de máquinas e equipamentos. A formação bruta de capital fixo desse segmento, em específico, caiu 9,4% em 2023 em comparação com 2022”, observou a entidade, em nota divulgada na sexta-feira (1º), após a divulgação do resultado do PIB de 2023 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A taxa de investimentos, que mede o ritmo de investimento no país, é também um bom parâmetro para avaliar a qualidade do crescimento da economia.

Em 2023, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu 2,9%, influenciado, do lado da oferta, pela agropecuária que cresceu 15,1% – com a safra histórica de soja (alta de 27,1%) e milho (alta de 19,0%) –, e pela indústria extrativa (petróleo, gás natural e minério de ferro) que cresceu 8,7%. Pela demanda, colaboraram as exportações, que cresceram 9,1% frente a 2022, época em que haviam registrado 5,7% de alta.

Por outra rota, marcada pelas barreiras dos juros altos do Banco Central (BC), a Indústria cresceu 1,6% no ano, com a indústria de transformação recuando em -1,3% frente a 2022, um desempenho negativo causado, principalmente, pelos recuos das fabricações de produtos químicos, máquinas e equipamentos; metalurgia e indústria automotiva. O setor de serviços, que engloba também o comércio (+0,6), avançou 2,4% no ano.

Entre 2022 e 2023, o consumo das famílias regrediu, saiu dos 4,1% para 3,1% em 2023, e as Despesas do governo caíram de 2,1% para 1,7%. Já as importações, caíram de uma alta de 1% para uma queda

PIB da indústria de transformação cai 1,3% e da construção -0,5%

Em 2023, a atividade produtiva da indústria de transformação encolheu -1,3% em comparação com 2022, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na última sexta-feira (1º), ao divulgar o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, que terminou quarto trimestre estagnado, mas com alta de 2,9% no acumulado do ano.

A indústria de transformação encerrou o último trimestre de 2023 operando 18,5% abaixo do pico alcançado no terceiro trimestre de 2008. O setor é responsável por cerca de 85% da indústria brasileira, que no computado geral, cresceu 1,6% frente a 2022, um resultado escorado na indústria extrativa (petróleo e gás natural e de minério de ferro) que avançou 8,7% e na indústria de serviços de utilidade pública (Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos), que cresceu 6,5%.

Para a Federação das Indústrias do Estado de São

Paulo (Fiesp), o “quadro de fraqueza da indústria de transformação e dos investimentos” está atrelado “a política monetária fortemente contracionista” do Banco Central (BC), que segue enfraquecendo os setores da economia mais sensíveis ao crédito.

“Em 2023, a indústria de transformação caiu 1,3% e a construção civil, 0,5%. Tais setores têm sido afetados pelos efeitos defasados da política monetária fortemente contracionista. Com este resultado de 2023, o PIB da indústria de transformação registrou a sétima queda em dez anos. Cabe destacar que a participação deste setor no PIB foi de 15,3% em 2023, considerando preços correntes. A preços constantes de 2019, no entanto, a participação foi de 10,8%, a menor da série histórica, tendo sido mantida a trajetória de queda”, diz outro trecho da nota.

Para o economista José Luis Oreiro, a queda dos investimentos impede um crescimento sustentável da economia.

“Esse comportamento da taxa de investimento deve acender um sinal de alerta para a equipe econômica do governo no que se refere à sustentabilidade da atual trajetória de crescimento”, diz o economista em artigo publicado nesta página.

Paulo (Fiesp), o “quadro de fraqueza da indústria de transformação e dos investimentos” está atrelado “a política monetária fortemente contracionista” do Banco Central (BC), que segue enfraquecendo os setores da economia mais sensíveis ao crédito.

“Em 2023, a indústria de transformação caiu 1,3% e a construção civil, 0,5%. Tais setores têm sido afetados pelos efeitos defasados da política monetária fortemente contracionista. Com este resultado de 2023, o PIB da indústria de transformação registrou a sétima queda em dez anos. Cabe destacar que a participação deste setor no PIB foi de 15,3% em 2023, considerando preços correntes. A preços constantes de 2019, no entanto, a participação foi de 10,8%, a menor da série histórica, tendo sido mantida a trajetória de queda”, afirmou a entidade, em nota.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/pib-da-industria-de-transformacao-encolheu-13-em-2023/>



Divulgação/Viva Rio

Cantor se manifestou pelas redes sociais

“Quero me juntar às vozes que denunciam o genocídio de palestinos em Gaza”, diz Chico

O cantor e compositor Chico Buarque se manifestou em suas redes sociais condenando o morticínio promovido por Israel contra os palestinos na Faixa de Gaza.

“Quero me juntar às vozes que denunciam o genocídio de palestinos em Gaza”, escreveu o compositor.

O artista assina e data a publicação: “Chico Buarque 01.03.24”.

Chico Buarque referenda o que o presidente Lula vem denunciando para o mundo os crimes de Israel em Gaza contra os palestinos.

Nesta sexta-feira (19), em discurso na 8ª Cúpula de Chefes de Estado e Governo da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), o presidente Lula afirmou que Israel está praticando uma “carnificina” na Faixa de Gaza e que o mundo precisa “dizer um basta para a punição coletiva contra o povo palestino”.

Lula disse que é preciso “parar a carnificina em nome da sobrevivência da humanidade”.

Na quinta-feira (29), Israel matou mais de 110 civis palestinos ao atacá-los enquanto buscavam comida em caminhões com ajuda humanitária.

“A tragédia humanitária em Gaza requer de todos nós a capacidade de dizer um basta para a punição coletiva que o governo de Israel impõe ao povo palestino. As pessoas estão morrendo na fila para obter comida. A indiferença da comunidade internacional é chocante”, declarou Lula.

“Quero aproveitar a presença do secretário-geral da ONU, meu companheiro António Guterres, para propor uma moção da CELAC pelo fim imediato desse genocídio”, assinalou o presidente da República.

Em fevereiro, durante entrevista coletiva em Adis Abeba, Etiópia, Lula declarou que o “que está acontecendo na Faixa de Gaza e com o povo palestino não existe em nenhum outro momento histórico”. “Aliás, existiu: quando o Hitler resolveu matar os judeus”.

A declaração desencadeou uma histórica reação do governo de Benjamin Netanyahu que exigiu uma retratação de Lula.

O presidente brasileiro não só não se retratou como voltou a afirmar nos fóruns internacionais tudo que havia dito.

Pelo seu lado, também nesta sexta-feira, o Ministério das Relações Exteriores divulgou nota em que repudia a chacina praticada pelas hordas assassinas de Israel onde “mais de 100 pessoas foram mortas e mais de 750 feridas por tiros, pisoteio ou atropelamento”.

Na nota, o governo brasileiro classifica como “cínicas e ofensivas” as declarações do governo de Benjamin Netanyahu após o ataque bárbaro.

“Declarações cínicas e ofensivas às vítimas do incidente, feitas horas depois por alta autoridade do governo Netanyahu, devem ser a gota d’água para qualquer um que realmente acredite no valor da vida humana”, diz o documento.

“O governo Netanyahu volta a mostrar, por ações e declarações, que a ação militar em Gaza não tem qualquer limite ético ou legal. E cabe à comunidade internacional dar um basta para, somente assim, evitar novas atrocidades”, sustenta o Itamaraty.

Caetano Veloso desfralda a bandeira da Palestina no palco e repudia o genocídio de Israel

O cantor e compositor Caetano Veloso estendeu uma bandeira da Palestina em frente ao palco durante um show em Porto Alegre, na noite de sábado (2), e o vídeo viralizou nas redes sociais.

A gravação mostra Caetano Veloso segurando a bandeira da Palestina e a colocando logo na frente do palco. Ele cantava no Auditório Araújo Vianna, em Porto Alegre.

Diversas páginas publicaram o vídeo nas redes sociais. A Federação Árabe-Palestina do Brasil (Fepal) comentou que “a hora é agora. Não tenha medo de estar do lado da história. Cessar o genocídio palestino, agora!”.

A deputada Jandira Feghali (PCdoB-SP) escreveu que Caetano Veloso “se somou às vozes contra o genocídio em Gaza que já vitimou mais de 30 mil pessoas, a maioria mulheres e crianças. É a cultura se expressando pela vida, pela democracia e pela justiça. Palestina Livre, e cessar-fogo já!”.

Antes de Caetano Veloso, o cantor Chico Buarque fez uma publicação em seu Instagram mostrando o vídeo do momento em que Israel assassinou mais de 110 civis que estavam tentando acessar aos alimentos levados para Gaza por ajuda humanitária.

“Quero me juntar às vozes que denunciam o genocídio de palestinos em Gaza”, escreveu Chico.

O presidente Lula assinalou que é preciso “parar a carnificina em nome da sobrevivência da humanidade”.

Alckmin condena os crimes de Israel contra palestinos



Cadu Gomes/VPR

Vice-presidente pediu nas redes sociais “cessar-fogo imediato” e paz para os palestinos

“É preciso dar um basta à carnificina de Israel em Gaza”, afirma Lula na Celac

O presidente Lula afirmou que Israel está praticando uma “carnificina” na Faixa de Gaza e que o mundo precisa “dizer um basta para a punição coletiva contra o povo palestino”.

Lula disse que é preciso “parar a carnificina em nome da sobrevivência da humanidade”.

A fala foi feita durante discurso na 8ª Cúpula de Chefes de Estado e Governo da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

Na quinta-feira (29), Israel matou mais de 110 civis palestinos ao atacá-los enquanto buscavam comida em caminhões com ajuda humanitária.

“A tragédia humanitária em Gaza requer

de todos nós a capacidade de dizer um basta para a punição coletiva que o governo de Israel impõe ao povo palestino. As pessoas estão morrendo na fila para obter comida. A indiferença da comunidade internacional é chocante”, declarou Lula.

“Quero aproveitar a presença do secretário-geral da ONU, meu companheiro António Guterres, para propor uma moção da CELAC pelo fim imediato desse genocídio”.

“Eu quero terminar dizendo para vocês que a nossa dignidade e humanidade estão em jogo. Por isso, é preciso parar a carnificina em nome da sobrevivência da humanidade, que precisa de muito huma-

nismo”, finalizou Lula. O Ministério das Relações Exteriores divulgou uma nota dizendo que “o governo Netanyahu volta a mostrar, por ações e declarações, que a ação militar em Gaza não tem qualquer limite ético ou legal”.

O ministro da Segurança Nacional de Israel, Itamar Ben-Gvir, deu “total apoio” ao massacre realizado por suas tropas.

Ele ainda defendeu o fim da ajuda humanitária para a população da Faixa de Gaza, alegando que isso “é na verdade uma ajuda para prejudicar os soldados das FDI [Forças de Defesa de Israel] e dar oxigênio para o Hamas”.

O massacre se soma “às mais de 30 mil mortes de civis palestinos, das quais mais de 12 mil são crianças, registradas desde o início do conflito, além dos mais de 1,7 milhão de palestinos vítimas de deslocamento forçado”, diz nota do Itamaraty.

“O Brasil reitera a absoluta urgência de um cessar-fogo e do efetivo ingresso em Gaza de ajuda humanitária em quantidades adequadas, bem como a libertação de todos os reféns”, completou a nota.



Presidente faz pronunciamento na 8ª Celac

Depoimento do general que barrou o golpe de Bolsonaro durou mais de sete horas

O depoimento do ex-comandante do Exército, general Freire Gomes à Polícia Federal durou toda a tarde e entrou pela noite da sexta-feira (1). Ele foi convocado na condição de testemunha no inquérito que investiga a tentativa de golpe de Estado planejado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e o seu entorno.

Segundo o ajudante de ordem de Bolsonaro, tenente-coronel Mauro Cid, o presidente tentou – sem sucesso – convencer o comandante Freire Gomes a apoiar o golpe de Estado.

O depoimento do general faz parte da operação Tempus Veritatis, deflagrada pela Polícia Federal em 8 de fevereiro. Segundo fontes da PF, o militar respondeu a todas as perguntas que foram feitas pelos investigadores até as 22h. Na semana passada prestaram depoimento Jair Bolsonaro, o ex-ministro e candidato a vice-presidente em 2022, general Braga Netto; o presidente do PL, Valdemar Costa

Neto; o ex-comandante da Marinha Almir Garnier; e o ex-ministro da Justiça, Anderson Torres.

Segundo o relato feito por Mauro Cid à PF, Bolsonaro se encontrou com os comandantes das três armas no dia 7 de dezembro de 2022. O presidente estava de posse de uma minuta do golpe. A minuta previa a decretação do estado de defesa, a intervenção no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a anulação das eleições e a prisão de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e de líderes políticos, entre eles o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco.

A intenção de Bolsonaro ao reunir os comandantes militares era obter o apoio dos três militares para sua trama golpista. Participaram também deste encontro o assessor da Presidência, Felipe Martins, e o advogado Amauri Feres Saad, este último apontado como autor da “minuta do golpe”.

Mauro Cid, que fez acordo de colaboração premiada, relatou à

Polícia Federal que, após ouvir a proposta de Bolsonaro, o general Freire Gomes se recusou a apoiar a medida e ainda ameaçou o presidente de prisão caso ele insistisse com seu plano.

O ajudante de ordem disse também que o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Carlos Eduardo Baptista Júnior, se manteve em silêncio e que o comandante da Marinha, Almir Garnier, declarou apoio à trama de Jair Bolsonaro.

A recusa de Freire Gomes em apoiar o golpe provocou grande irritação entre os comandantes de Bolsonaro, com destaque para o general Braga Netto, que era vice na chapa presidencial. Braga Netto chegou a chamar o general de “cagão”, numa troca de mensagens obtida nas diligências da Polícia Federal. A partir do encontro em que recusou a apoiar o golpe, o comandante do Exército passou a ser violentamente hostilizado pelas milícias digitais de Bolsonaro.

“Abrir fogo contra civis viola os preceitos mais básicos de humanidade”, disse o presidente da República em exercício

O vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) repudiou, na noite da sexta-feira (19), o abjeto ataque de soldados israelenses na Faixa de Gaza contra palestinos que aguardavam por ajuda humanitária, o que resultou em mais de 100 mortes de civis — homens, mulheres e crianças.

O presidente da República em exercício criticou a ação e afirmou que se trata de situação “inconcebível” a do Estado de Israel, em Gaza.

“Fiquei absolutamente chocado com a notícia do ataque contra civis palestinos na Faixa de Gaza, perpetrado por forças militares israelenses, que vitimou dezenas de pessoas e feriu outras centenas”, escreveu o vice-presidente, em postagem nas redes sociais.

“Obstar o acesso de indivíduos à ajuda humanitária é inconcebível sob qualquer perspectiva, e abrir fogo contra civis viola os preceitos mais básicos de humanidade”, acrescentou.

CESSAR-FOGO

Ele se alinhou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas críticas aos crimes de Israel. Alckmin ainda fez apelo à comunidade internacional por

Omar Aziz: “Netanyahu fez uma chacina contra mulheres e crianças que buscavam comida”

O senador Omar Aziz (PSD-AM) expressou apoio ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e afirmou, com indignação, que o ser humano “não pode aceitar a morte de inocentes que apenas buscavam comida” na faixa de Gaza.

A declaração do parlamentar foi feita em vídeo divulgado nas redes sociais.

Na semana passada, o governo sionista e sanguinário de Benjamin Netanyahu cometeu um dos maiores crimes contra a Humanidade, ao mandar abrir fogo contra uma multidão de pessoas famintas que buscavam ajuda humanitária, matando mais de 100 palestinos e ferindo cerca de 800.

Um vídeo publicado no Instagram, às 23h30 (hora local) de quinta-feira (28), mostra algumas das centenas de pessoas aglomeradas em torno de fogueiras enquanto aguardavam carregamento de ajuda humanitária.

“O que é que está acontecendo ali? É uma verdadeira chacina de seres humanos, de crianças e mulheres”, denunciou Aziz.

“O que é o primeiro-ministro israelense [Benjamin Netanyahu] está provocando ali, em seres humanos inocentes, é coisa que não é para ser esquecida”, enfatizou o parlamentar, ex-presidente da CPI da Covid-19.

“O mundo está mostrando e a imprensa brasileira está mostrando. Que pessoas, homens, crianças, mulheres. Mulheres com seus filhos que foram atrás de um prato de comida e uma garrafa de água foram assassinados”, reafirma.

“O que é o primeiro-ministro israelense [Benjamin Netanyahu] está provocando ali, em seres humanos inocentes, é coisa que não é para ser esquecida”.

O parlamentar criticou a inação da comunidade internacional diante do massacre. Representou ainda aqueles que se dizem cristão acharem correto o morticínio praticado por Israel. “Eu vejo a passividade de alguns, vejo pessoas que se dizem cristãos, achar isso correto. Não, não é correto. Isso é indigno. Isso não é de quem pensa no próximo. Não é de quem ama o próximo”.

“Uma coisa que chama muito a atenção. Essa coragem do presidente Lula. Ele está certo. Não dá para a gente compartilhar com isso!”. “O mundo não pode ficar passivo a ver pessoas passando fome e morrendo”.

“O Brasil, através de seu líder maior, o presidente Lula, está certo. Convoca aquelas pessoas de bem, que amam o próximo, que creem realmente em Deus, para ajudar

cessar-fogo imediato.

“Lutar pela paz, como defende o presidente Lula, não é mais uma opção, mas um imperativo ético que deve orientar todos os esforços da comunidade internacional neste momento”, pontificou.

“É preciso dar o primeiro passo no caminho da paz: cessar-fogo imediato, libertação dos reféns e entrada de assistência humanitária”, convocou.

MOÇÃO A ONU

Mais cedo, Lula propôs que a Celac (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos) faça moção à ONU (Organização das Nações Unidas) pelo fim imediato do genocídio de palestinos na Faixa de Gaza, imposto pelo governo de Israel.

Lula discursou durante a reunião de cúpula da Celac, em Kingstown, em São Vicente de Granadinas.

“TRAGÉDIA”

“A tragédia humanitária em Gaza requer de todos nós a capacidade de dizer um basta para a punição coletiva que o governo de Israel impõe ao povo palestino”, discursou Lula, na Celac.

“As pessoas estão morrendo na fila para obter comida. A indiferença da comunidade internacional é chocante”, criticou o presidente brasileiro.

o povo que está sendo massacrado e aos poucos está sendo dizimado daquela região. Nós não podemos concordar com isso”, prosseguiu.

“O Brasil é muito grande para isso. O Brasil sempre foi um país solidário, cristão. É um país que tem sido solidário a vida toda. Por isso, ver essas cenas desde ontem, em todos os telejornais, além de nos deixar indignados, a gente vê essa luta do presidente Lula em querer mostrar ao mundo que ele não está errado quando critica, quando pede a paz, quando pede uma solução pacífica para o que está acontecendo”.

“E eu espero que o Brasil continue nessa luta. Que o nosso presidente continue nessa luta para que a gente possa fazer o bem e o melhor para as pessoas. Seja dentro do nosso país ou fora do nosso país”.

Omar Aziz diz que é com muita tristeza que vê esses tristes acontecimentos e lembra suas origens como “filho de palestino”.

Ele finaliza a gravação destacando que a “paz é importante para todos nós”. “E eu espero que o Brasil continue nessa luta. Que o nosso presidente continue nessa luta para que a gente possa fazer o bem e o melhor para as pessoas. Seja dentro do nosso país ou fora do nosso país”.

A ONU (Organização das Nações Unidas) alerta para a fome iminente no norte de Gaza, após os bombardeios de Israel, onde cerca de 300 mil pessoas vivem com pouca comida ou água potável — a área recebeu muito pouca ajuda nas últimas semanas.

AZIZ

Omar José Abdel Aziz, foi o 46º governador do Amazonas, pelo qual, atualmente, é senador. Filiado ao PSD (Partido Social Democrático), foi seu líder no Senado Federal.

Foi reeleito senador pelo Amazonas no pleito de 2022, com 766.006 votos, ou 41,42% dos sufrágios válidos.

Ele presidiu, no Senado, a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Covid, de maio a outubro de 2021, que desvendou que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), colaborou para a expansão do vírus, o que ocasionou a morte de milhares de brasileiros, que em circunstâncias normais, hoje, poderiam estar vivos.

Membro de família de ascendência árabe e italiana — o pai dele é palestino, e a mãe, é descendente de italianos —, Aziz já ocupou o cargo de vereador em Manaus e deputado estadual do Amazonas, na década de 1990.

Tarcísio está coagindo municípios a aceitarem privatização da Sabesp

Segundo engenheiro Amauri Pollachi, privatização da estatal de saneamento acaba com autonomia dos municípios, desmancha a Arsesp e não prevê tarifa social

Em nova entrevista à Hora do Povo, o engenheiro Amauri Pollachi, conselheiro do Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (Ondas) e diretor de Relações Externas da APU, diz que o governo de São Paulo está “constrangendo os municípios” para que aceitem o novo contrato com a Sabesp.

Amauri critica a falta de participação popular no processo e o prazo espremido para a apresentação das contribuições pelo envolvidos em um contrato que é lesivo aos municípios e à sociedade. “Documentos que somam perto de 25 mil páginas. São mais de 430 horas de leitura”, diz.

Ele alerta para o aumento das tarifas e a queda da qualidade dos serviços que a privatização da estatal deve ocasionar, a exemplo da Enel em SP e da Água do Rio, essa última no estado do Rio de Janeiro.

Leia a entrevista:

HP: Em entrevista à Hora do Povo às vésperas da votação do PL que autorizou a privatização da Sabesp, em dezembro do ano passado, você disse que acreditava que o embate contra a continuidade do processo seria no âmbito dos municípios. Isso ainda está valendo? O governador Tarcísio de Freitas declarou recentemente que o impasse com a Câmara de Vereadores de SP foi superado e que “virou a chave da resistência”.

Amauri Pollachi: Continuando valendo, porque, primeiro você tem aí todas as manifestações da secretária Resende (Natália Resende, secretária do Meio Ambiente), no sentido de que ela reafirma que não precisa de consulta nenhuma com a Câmara Municipal, o que não é verdade. A adesão à URAE (Unidade Regional de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário) — essa questão é um pouco complexa. A adesão à URAE é voluntária, não é mandatória, certo? Mas para você aderir da forma como está colocado, automaticamente você terá um novo contrato de concessão que se estende, por exemplo, no caso de São Paulo, de 2040 para 2060. É uma nova concessão para prestação de serviço. E por isso a Câmara tem que ser consultada — inapelavelmente. Não só a Câmara de SP, mas todos os 375 municípios (atendidos pela Sabesp), tem que se levar essa consulta às suas respectivas Câmaras.

HP: Levando-se em conta esse ponto, a adesão não é assim, digamos, tão espontânea como alega o governo?

Amauri Pollachi: Essa é uma condição a nosso ver que é mandatória. Existem ações populares de vários municípios questionando — dezenas de municípios do Estado de São Paulo questionando isso e colocando essa obrigação de consultas por Câmaras Municipais. Existem prefeitos que já se comprometeram a fazer isso. No entanto, nós temos aí uma grande quantidade de prefeitos que estão sendo constrangidos pelo Estado, digamos assim, a não fazer esse procedimento. No caso de São Paulo, por exemplo, o contrato que está sendo proposto pelo Estado não tem as mesmas vantagens que tem o contrato atual. Existem condições no contrato (minuta) proposto que favorecem a futura empresa Sabesp privada. E por que isso? Porque se tornará evidentemente um negócio mais atraente para os possíveis compradores. Essa é uma condição que está aí muito clara muito explícita. Inclusive há questionamento por parte da própria Câmara Municipal. A gente já teve conversa com vereadores, sabemos que identificaram essas diferenças e que, o presidente da Casa (vereador Milton Leite) exige que não haja nenhuma vantagem a menos, mas sim a mais para o município.

HP: Você citou que há outra questão que chama atenção com relação ao novo contrato com o futuro comprador da Sabesp. Qual seria?

Amauri Pollachi: A gente precisa destacar: essas audiências públicas poucos dias após o governo do Estado de São Paulo colocar evidentemente

público um conjunto de documentos que somam perto de 25 mil páginas. Se você ler cada página — somente ler, sem fazer uma interpretação, sem, eventualmente voltar para entender melhor algo que está colocado, algum item, simplesmente ler — você leva 17 dias. São mais de 430 horas de leitura para 25 mil páginas. Não Ação Civil Pública que nós protocolamos, nós apontamos que o processo de audiência pública é um processo que não está dando condições para a participação social e para que os próprios municípios se apropriem e façam uma análise crítica desse material. Você tem que dar no mínimo 60 dias pra isso, para você ter uma fase de esclarecimentos. O que se está propondo, uma fase de consulta pública, as pessoas vão lá, vão criticar vão falar, mandar algum documento, criticando isso ou aquilo, depois eles consolidam e início de abril já fazem a reunião da URAE 1, sacramentam a coisa. Precisamos dar pelo menos 60 dias para que se possa ter esclarecimentos ao longo desse período e aí se fazer as considerações em audiências públicas. O que está sendo feito agora é uma exclusão da participação social. E as outras três URAE’s? Ninguém fala delas, não interessa. Você está excluindo da possibilidade de acesso a saneamento público as outras três unidades. Por que você diz que diz que tem que eliminar 260 municípios que estão fora da URAE-1.

HP: Municípios menores terão a sua autonomia reduzida no modelo que está sendo proposto? O documento da APU aponta para isso.

Amauri Pollachi: Os outros municípios ficariam somente como figurantes do processo. O estado teria 37% por cento do total de votos nessa URAE; a capital, 19%. Ambos somados, 56%, os demais municípios estão com participação pífia. Você pega o município de 350 mil habitantes, ele vai ter 0,4%, quase nada. E o município de 30 mil habitantes (há vários), apenas 0,04% de votos, você vê, a exclusão é evidente. Um acordo entre a capital e o Estado, conforme o desenho que o próprio Estado traça, dá o controle total e o destino de todos os municípios. Pelo modelo atual cada município tem o seu próprio contrato e tem diálogo próprio, cada município tem o controle de si. O que está sendo proposto é uma coisa em que os municípios vão abdicar da sua autonomia em favor de um agrupamento, URAE, que eles não têm. Um município como Franca, por exemplo, vai ter só 0,4% (de poder de decisão).

HP: E os prefeitos destes municípios? Como está a movimentação deles?

Amauri Pollachi: A gente percebe um enorme desconforto por parte dos prefeitos, mas eles estão sendo coagidos — a palavra é essa — estão sendo coagidos a aceitar essa imposição pelo Estado. Por quê? Porque, se o prefeito falar não quero, o Estado está dizendo o seguinte: “ah, então você não aceita esse novo contrato, então o contrato atual está desfeito e você terá que pagar agora todo o investimento que ainda não foi amortizado”. Eu estive conversando com o prefeito de uma cidade de médio porte do interior (de SP), uma cidade de 150 mil habitantes, que me falou o seguinte: “eu pedi para fazer um levantamento junto à Sabesp, eles me falaram que eu devo 500 milhões de reais”. Esses 500 milhões de reais é praticamente o orçamento anual do município. É um município equacionado, está universalizado, está com as finanças em dia, mas como é que ele vai pagar 500 milhões no ato? Então o Estado de São Paulo, o governo de São Paulo está constrangendo, está forçando a barra para que os municípios aceitem esse novo contrato e abram mão da sua autonomia. Pior: nesse novo contrato — é o que eu já falei — não está garantido que a dívida estaria zerada ao final de 2027. Pode ser que esse mesmo município que eu citei, lá pra frente, daqui a uns 36 anos tenha uma dívida de 500 milhões. E aí ele fica escravo, fica algemado. E não tem Lei Aurea, não.



Engenheiro da Sabesp, Amauri Pollachi, critica privatização da estatal



Parente de Evaldo Rosa chora diante do carro fuzilado em Guadalupe

Ministros do STM querem reduzir pena de militares que fuzilaram o músico Evaldo Rosa com 257 tiros

Quase cinco anos depois do assassinato do músico Evaldo Rosa dos Santos e do catador de latas Luciano Macedo com 257 tiros, o Superior Tribunal Militar começou a julgar o caso nesta quinta (29) e dois ministros votaram para reduzir a pena para aproximadamente um décimo do tempo a que os militares já haviam sido condenados.

A ministra Maria Elizabeth Rocha pediu vista no processo e o julgamento foi adiado.

O tribunal julga recurso apresentado pela defesa dos acusados para anular as condenações pelo duplo homicídio do músico Evaldo Rosa e do catador de recicláveis Luciano Macedo.

Eles foram mortos com 257 tiros durante operação na qual militares buscavam autores de um roubo e dispararam contra o carro onde estava Evaldo, um Ford KA branco.

O sogro do músico foi ferido na ação, enquanto sua mulher, seu filho e uma amiga que também estavam no veículo não foram atingidos. O catador Luciano foi baleado ao tentar socorrer Evaldo.

Em 2021, os réus foram condenados pelas mortes, mas respondem em liberdade. O relator do processo no STM, ministro Carlos Augusto Amaral Oliveira,

propôs a absolvição dos militares pela morte de Evaldo e a qualificação do homicídio de Luciano Macedo como culposo — ou seja, sem intenção de matar. Além disso, reduziu consideravelmente as penas que haviam sido determinadas no julgamento em primeira instância.

O ministro Carlos Augusto Amaral Oliveira, quer reduzir a pena do Tenente Ítalo da Silva Nunes, que chefiava a ação, para 3 anos e 10 meses, em regime aberto e a condenação dos outros sete militares envolvidos na ação para 3 anos e 2 meses, em regime aberto.

Em 2021, os oito militares foram condenados pelas mortes de Evaldo e Luciano e as penas aplicadas foram as seguintes: Tenente Ítalo da Silva Nunes que chefiava a ação: condenado a 31 anos e 6 meses e os outros sete militares: pena de 28 anos cada um.

O STM é a última instância para recursos dentro da Justiça Militar. No total, 15 ministros — civis e militares — compõem o Tribunal. Após o julgamento, a defesa ainda poderá recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Ao votar pela redução das penas, o ministro Carlos Amaral citou que as investigações mostram que os militares estavam em busca de outro Ford KA branco, que foi utilizado pelos criminosos

que cometeram um assalto. Dessa forma, houve “uma fatalidade”, segundo o magistrado.

“Verifica-se que os apelantes não queriam e nem objetivaram o resultado morte, principalmente de cidadãos civis, porém desejavam conter uma ação criminosa, ainda que imaginária, em uma cidade dominada pelo medo e pela violência urbana. Contudo, agiram com inobservância do dever objetivo de cuidado, deixando de empregar a diligência e a cautela necessárias no reconhecimento dos meliantes”, afirmou Amaral.

INDENIZAÇÃO

Em abril do ano passado, a Advocacia-Geral da União (AGU) fechou um acordo para pagamento de indenização às famílias das vítimas.

O valor foi dividido da seguinte forma: R\$ 493 mil serão destinados à mãe de Luciano, Aparecida Macedo; R\$ 123,2 mil para cada uma das três irmãs; R\$ 21,7 mil de pensão vitalícia atrasada; R\$ 3,5 mil para pagamento de despesas com funeral e R\$ 76,4 mil para honorários advocatícios.

Segundo a AGU, está em andamento um acordo nos mesmos moldes com familiares do músico Evaldo Santos, que também foi morto.

Hang é condenado a pagar indenização após Justiça confirmar que ele defendeu golpe

O empresário bolsonarista Luciano Hang, o Vêio da Havan, foi condenado a pagar R\$ 18,5 mil — miraria, considerando-se a fortuna dele —, em honorários advocatícios à rádio CBN após a Justiça de São Paulo reconhecer que a emissora estava certa ao dizer que ele havia apoiado a possibilidade de intervenção militar no País; golpe de Estado.

A CBN faz parte de rede de emissoras de rádio que pertence às Organizações Globo, da família Marinho.

Em maio de 2018, a emissora publicou texto referindo-se a Hang como “defensor da privatização da Petrobrás e da inter-

venção militar”. O aliado do ex-presidente inelegível, Jair Bolsonaro (PL), por sua vez, processou a CBN.

“IMPOR UMA SOLUÇÃO”

O empresário, bolsonarista de primeira hora, negou que defendeu golpe militar no País. No processo, argumentou que a publicação tinha como objetivo causar “desprezo público”.

Entretanto, o TJSP (Tribunal de Justiça de São Paulo) verificou que Hang concordou com declaração do general Hamilton Mourão, que era cotado para vice na chapa de Bolsonaro.

Em palestra, Mourão afirmou que acreditava

que as Forças Armadas deveriam “impor uma solução”, caso as instituições não solucionassem os problemas políticos do País e não removesses “elementos envolvidos em todos os ilícitos”.

Hang, então, compartilhou o vídeo e manifestou apoio a Mourão.

“Ao publicar a matéria, a CBN se limitou a informar o fato de interesse público, já que o autor [do processo] havia publicado manifestação de apoio a um discurso que fora amplamente interpretado como ameaça de intervenção militar”, afirmou o desembargador Marcos Rios Gonçalves, relator da ação.



“Chorinho”, de 1942, foi pintada por Cândido Portinari

Iphan declara o Choro Patrimônio Cultural do Brasil

Por unanimidade, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, presidido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), declarou nesta quinta-feira (28) o Choro Patrimônio Cultural do Brasil. A decisão atende às reivindicações do Clube do Choro de Brasília, responsável por formalizar em 2012 o pedido de registro ao Iphan, ao qual se somaram o Instituto Casa do Choro, o Clube do Choro de Santos e todos os apaixonados pelo ritmo, genuinamente brasileiro.

Em 2019, a Associação Cultural Amigos Museu Folclore Edison Carneiro (Acamu-fec) foi selecionada para conduzir a pesquisa e documentação sobre o bem, mas a pandemia de Covid-19 atrasou o processo, que foi retomado meses depois no formato virtual. Em 2020, se iniciaram reuniões abertas aos chorões em encontros que reuniram pesquisadores, representantes do Iphan e outras instituições para organização e produção do acervo.

“Antes de enviarmos para a avaliação final do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, também vamos receber as manifestações da sociedade civil sobre o processo e os resultados a que chegamos”, disse à EBC em novembro do ano passado, a coordenadora-geral de identificação e registro, Diana Dianovsky.

“O Choro, continuou Diana, “é uma expressão artística e musical que nos conecta, enquanto brasileiros, nos diversos territórios do País e nos diferentes tempos históricos também”. Assim, “foi considerado uma forma de expressão que constrói identidade” que “comunica memórias coletivas tanto de músicos iniciantes e amadores, como dos admiradores e grandes instrumentistas”, avaliou a coordenadora.

A partir do reconhecimento, o gênero será registrado no Livro das Formas de Expressão do Instituto, que reúne as manifestações artísticas em geral. “Significa que é um bem que dá orgulho, que representa a nação”, disse à Agência Brasil o presidente do Clube do Choro de Brasília, o músico Henrique Lima Santos Filho, o Reco do Bandolim.

“É a primeira manifestação genuinamente brasileira anterior ao samba e que faz o nosso perfil, da alma profunda”, continuou o músico à EBC. “Reflete influências da Europa, da África, cada região uma riqueza. Tudo isso se mistura e se transforma nesse ritmo”, completou.

Para a ministra da Cultura, a decisão do Iphan, que é subordinado à pasta, eleva o gênero a um patamar importante. “É o Choro chegando em um lugar de patrimônio importante”, disse Margareth Menezes. “Ele é uma construção do povo brasileiro, amado pelo povo brasileiro”, avaliou. “Eu acho que o Brasil precisa, cada vez mais, se apropriar do chorinho”, defendeu Margareth. “O chorinho é nosso, é uma coisa linda e, agora como, patrimônio será um momento muito especial para todos nós”, completou a ministra.

O presidente do Iphan, Leandro Grass, explicou que a política da atual gestão do órgão é de direcionar maior atenção aos bens que representam os territórios e as comunidades do País, num processo estratégico de retomada da valorização das expressões culturais brasileiras.

“Isso não é apenas um status, não é apenas um prestígio que aquele bem adquire. Tem a ver com um compromisso estatal, com o compromisso do governo de adotar políticas para a promoção daquele bem”. Então, “na medida que a gente reconhece o choro como um bem tombado, a gente adota uma estratégia de preservação, de promoção para que a população conheça mais esses bens, interaja mais com eles e ajude a preservar”, disse Leandro.

De acordo com o Dicionário Cravo Clabin da Música Popular Brasileira, o gênero teria nascido em 1870, na cidade do Rio de Janeiro, especificamente, em rodas de música nos bairros da Cidade Nova, Cateete, Rocha, Andaraí, Tijuca, Estácio e nas vilas do centro antigo. Segundo o Iphan, o termo choro viria da maneira chorosa de se tocar as músicas estrangeiras no final do século XIX e seus apreciadores chamavam a manifestação cultural de música de fazer chorar.

Chiquinha Gonzaga, Pixinguinha, Jacob do Bandolim e Ernesto Nazareth são alguns dos principais nomes que em mais de 100 anos marcaram a história do Choro. Entre outros nomes famosos por trás das melodias estão Waldir Azevedo, Altamiro Carrilho e os contemporâneos Paulinho da Viola, os irmãos Hamilton de Holanda e Fernando César, além do já citado Reco do Bandolim.

As composições de canções atemporais do choro, com alma brasileira, incluem Carinhoso, de Pixinguinha e João de Barro, e Brasileiro, de Waldir Azevedo, Um a Zero e Corta Jaca.

Atualmente, além do choro, o Brasil tem outros 52 bens imateriais registrados como Patrimônio Cultural pelo Iphan, entre eles o frevo, a roda de capoeira e o maracatu.

Servidores federais: “Sem reajuste salarial este ano, não há acordo”



Contricom: todo apoio à unidade pela “reindustrialização” do país

Altamiro Perdoná, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário (Contricom) e dirigente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), em entrevista exclusiva ao HP, afirmou que a entidade que preside apoia “com entusiasmo” a política de reindustrialização do país lançada pelo governo, mas denunciou “os juros escorchantes praticados pelo Banco Central”, assim como “a cartelização dos insumos do setor, principalmente aço e cimento” e os baixos investimentos públicos que dificultam a retomada das obras, principalmente do Novo PAC.

Sobre o papel dos trabalhadores nesse processo de retomada da indústria, afirmou: “o governo e os patrões têm que entender que uma das condições para atingir a meta da reindustrialização é ter o trabalhador valorizado, qualificado e devidamente amparado em seus direitos que foram surrupiados pela reforma trabalhista de 2017”.

Na sequência, a entrevista na íntegra.

HP – Presidente, que análise sua entidade, a Contricom, faz do desempenho da indústria da construção nesses últimos anos?

Altamiro Perdoná – A indústria da construção civil e a pesada também, não apenas aqui em meu Estado de Santa Catarina, como em todo Brasil, como podemos observar, foi uma das menos afetadas pela pandemia. O setor não parou, apesar da gravidade da situação, portanto, podemos dizer que a indústria da construção manteve o seu ritmo, mas continuamos tendo outros problemas que ainda não foram resolvidos.

HP – Que problemas são esses?

A.P. – O problema principal nós vimos no último governo e de alguma forma não foi resolvido pelo atual, que são os custos da indústria provocados pelos juros escorchantes praticados pelo Banco Central. Nós sabemos que o governo não tem muito o que fazer, principalmente depois da lei de independência do Banco Central, aprovada pelo Congresso Nacional, após iniciativa do governo Bolsonaro, mas o fato é que esse acabou representando o principal gargalo do setor.

HP – Qual foi o resultado dessa política?

A.P. – Veja que a CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção) projetou um PIB setorial de 2,5% em 2023, depois revisou para 1,5%, e acabamos fechando com uma retração de quase 1%, por responsabilidade desses juros, que só beneficiam os especuladores, tornando os custos maiores para as empresas do setor, como também para os que buscam o financiamento habitacional, que é um dos braços fundamentais da indústria da construção. Interessante notar que isso não significou menos emprego no setor, ao contrário. Na última semana, o presidente da CBIC informou no Jornal Nacional que o setor, que emprega atualmente 2,6 milhões de pessoas com carteira assinada, registrou mais um aumento, pelo sexto ano seguido, e chegou ao mesmo patamar de 2015. Maravilha, aplaudimos isso, no entanto, o PIB da construção retraiu por conta dos juros e outros obstáculos.

HP – Que outros problemas podem ser apontados?

A.P. – Os insumos da construção civil e pesada continuam muito cartelizados, principalmente o aço e o cimento. Nisso, o governo pode interferir com medidas que incentivem a competição e dificultem a criação de monopólios, que acabam sendo muito negativos para o mercado, para as empresas de modo geral, os consumidores de seus produtos e também para nossos trabalhadores. Outro problema é a retomada das obras, principalmente das pequenas e médias que empregam muito e ajudam a incentivar as economias regionais. O presidente Lula colocou isso como uma das prioridades, através do novo PAC, mas estamos vendo muita lentidão nessa retomada, pois a capacidade de investimento do Estado reduziu muito nesses últimos anos, o que pode comprometer também a retomada de programas sociais muito importantes como o Minha Casa, Minha Vida.

Leia a íntegra em horadopovo.com.br

Fotos: Fonacate



Reunião entre governo e servidores, no último dia 28, terminou sem acordo



“Mobilização contra proposta de congelamento vai aumentar”, afirma presidente do Fonacate

“Não vamos sossegar enquanto o governo não definir um percentual razoavelmente aceitável para a recomposição salarial em 2024”, afirmou o presidente do Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado, Rudinei Marques, em resposta à negativa do governo às reivindicações dos servidores após a reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente, que ocorreu na tarde de quarta-feira (28).

Diante da contraproposta unificada apresentada pelas entidades de classe, o secretário de Relações do Trabalho do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), José Lopez Feijóo, disse que o governo aguarda ainda a confirmação da arrecadação extra deste ano para a definição do reajuste para 2024.

Durante a reunião, a vice-presidenta do Fonacate e presidenta da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (ANESP), Elizabeth Hernandez, disse que “as mulheres foram assediadas de todas as formas no governo anterior e essa é uma perda irreparável.

Mas as perdas salariais podem ser reparadas”.

De acordo com Elizabeth, apesar de as entidades confiarem “em um governo progressista, que tem a democracia como valor inegociável, e entende a importância do serviço público e das pessoas que o exercem”, diante dessa resposta, a mobilização da categoria vai se intensificar.

“O governo disse que rejeitou nossa contraproposta. Dissemos que rejeitamos a proposta do governo. O impasse continua e vamos intensificar a luta”, reafirmou o presidente do Fonacate, Rudinei Marques.

Para Floriano de Sá Neto, diretor do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional), “o governo decidiu não apresentar, não falar nada, não instruir o processo de negociação. Então os servidores públicos saem decepcionados, porque o processo de negociação criado pela Mesa Nacional de Negociação Permanente não funcionou, não está funcionando e é necessário fazermos uma avaliação. Vamos levar o que foi discutido para a base”, ressaltou.



“Reajuste zero é inadmissível e movimento vai escalar”, afirmam entidades, após governo manter proposta de congelamento salarial em 2024, durante mesa de negociação

A reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente entre representantes dos servidores públicos federais e o governo para tratar sobre reajuste salarial e reestruturação de carreiras, nesta quarta-feira (28), terminou sem avanços para o funcionalismo.

O governo, representado pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), e com a presença de nove ministérios, rejeitou oficialmente a contraproposta salarial apresentada unitariamente pelas entidades que representam os diversos setores do serviço público.

A União manteve a proposta que prevê recomposição de 9%, entre 2025 e 2026, e aumento zero em 2024. No encontro, o governo voltou a dizer que a melhora no reajuste depende de aumento na arrecadação.

A contraproposta dos servidores rejeitada foi protocolada no MGI em dois blocos de recomposição salarial: reajuste de 34,32% dividido em três parcelas iguais de 10,34%, em 2024, 2025 e 2026, para os servidores federais que em 2015 firmaram acordos por dois anos (2016 e 2017); e reajuste de 22,71% dividido em três parcelas iguais de 7,06%, em 2024, 2025 e 2026, para os servidores que em 2015 fecharam acordos salariais por quatro anos (2016 a 2019). A proposta pede ainda equiparação de benefícios (alimentação, creche e per capita de saúde) e maior celeridade para as mesas específicas de negociação.

Ao justificar a rejeição da proposta, o secretário do Ministério da Gestão, José Lopez Feijóo, argumentou que o governo federal aguarda ainda a confirmação de uma arrecadação extra deste ano para a definição do reajuste a ser concedido em 2024, reforçando a posição já dada pela ministra do MGI, Esther Dweck.

Para o presidente do Fórum Nacional Permanente

de Carreiras Típicas do Estado, Rudinei Marques, a paciência dos servidores está se “esgotando”. Segundo ele, o movimento do funcionalismo, que já se mobiliza desde o ano passado, vai aumentar. “O governo disse que rejeitou nossa contraproposta. Dissemos que rejeitamos a proposta do governo. O impasse continua e vamos intensificar a luta. O movimento vai escalar”, afirmou Rudinei.

De acordo com o Fórum, “as entidades representativas dos servidores públicos federais reiteraram que, sem recomposição salarial já neste ano, não há acordo e as mobilizações serão intensificadas”.

“O índice de reajuste zero é inadmissível, uma vez que a nossa categoria está com uma defasagem salarial de quase 35% o que afeta seriamente a condição financeira de cada docente”, afirmou Flávio Silva, vice-presidente da Proifes (Federação de Sindicatos de Professores Federais). “É de suma importância que o Governo apresente de fato um reajuste para 2024”.

“Infelizmente, esta postura é frustrante para todos os servidores. Todos os representantes sindicais voltaram a criticar a proposta apresentada que contempla apenas o reajuste de benefícios, que excluem os aposentados. Os representantes dos servidores deixaram claro que não aceitarão esta proposta”, afirmou o presidente do Sindireceita, Thales Freitas.

Sobre a aposta do governo no avanço das negociações específicas por carreiras, com acenos de benefícios, as chamadas Mesas Temporárias e Específicas, apresentada na reunião pelo representante do MGI, a coordenadora do Fonasefe, Elenira Vilela, disse que “a proposta prejudica os aposentados. Nenhum servidor ou servidora pode ficar para trás”.

Uma nova negociação entre governo e servidores ficou agendada para maio.

Professores das universidades federais condenam reajuste zero e debatem greve nacional

Os professores das universidades públicas federais repudiaram a proposta do governo de não conceder reajuste salarial para os servidores este ano. Em seu 42º Congresso nacional, realizado na quarta (28) e quinta-feira (29), o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) aprovou a construção de uma greve em defesa da valorização salarial.

Durante a abertura, Gustavo Seferian, presidente do Sindicato, apresentou um breve informe da reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), entre governo e servidores, que aconteceu em Brasília (DF), na tarde da quarta (28). “O zero é o que se mantém. Não há qualquer tipo de avanço diante do que foi a proposta unificada apresentada”, disse.

“Essa decisão é importantíssima no sentido de apontar premência da articulação da categoria e quais são as tarefas que devem ser colocadas desde já para ser essa articulação possa se dar, com o estabelecimento de uma agenda necessária, de mobilização desde as bases, realização das assembleias e, efetivamente, uma articulação que possa proporcionar a atenção dessa importante resolução”, disse Gustavo sobre a aprovação da construção da greve.

De acordo com comunicado do Andes, após mais de duas horas de debates, foi aprovado, pela maioria dos e das participantes, “dar continuidade ao trabalho de unidade de ação com os demais servidores públicos federais, visando fortalecer as Campanhas Salariais de 2024 e 2025, intensificando a mobilização de base, na

construção de greve do ANDES-SN e do setor da educação no primeiro semestre de 2024, tendo como horizonte a construção de uma greve unificada no funcionalismo público federal em 2024”.

O presidente do Andes avaliou que a votação da plenária pela construção da greve já no primeiro semestre de 2024 é uma resposta direta à recusa do governo em negociar com a categoria e uma sinalização para as bases de que é necessário intensificar a mobilização. “É importante deixar registrado que essa é uma decisão histórica dentro do nosso sindicato, na medida em que coloca esse senso não só de necessidade, mas de urgência de mobilização da nossa categoria para dar resposta a essa postura vergonhosa do governo federal. Hoje, uma vez mais, seguiu sem dar qualquer tipo de devolutiva satisfatória, tanto às nossas pautas econômicas de recomposição salarial quanto às pautas não-econômicas das mais diversas”, avaliou.

Os delegados do 42º Congresso Nacional do Andes aprovaram também a articulação da Campanha Salarial 2024 e 2025 com a luta contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, “reforma” administrativa, ou qualquer outra medida que utilize seus princípios e diretrizes e a luta contra o Novo Arcaçouço Fiscal que, de acordo com o Andes, limita o crescimento anual das despesas da União e cria um novo Teto de Gastos, bem como a política tributária que mantém impostos regressivos e favorece o grande capital em detrimento da classe trabalhadora, entre outros pontos.



Reprodução

Ato contra o fechamento de sede da UNRWA

Israel mata palestinos de fome intencionalmente, denuncia relator da ONU

O Relator Especial da ONU sobre o Direito à Alimentação, Michael Fakhri, afirmou em entrevista ao jornal britânico The Guardian que Israel está deliberadamente matando palestinos de fome e deve ser responsabilizado por crimes de guerra e genocídio.

“Não há razão para bloquear intencionalmente a passagem de ajuda humanitária ou intencionalmente obliterar embarcações de pesca de pequena escala, estufas e pomares em Gaza – a não ser para negar às pessoas o acesso a alimentos”, afirmou Fakhri.

Ele enfatizou ainda que “privar intencionalmente as pessoas de comida é claramente um crime de guerra. Israel anunciou a sua intenção de destruir o povo palestino, no todo ou em parte, simplesmente por ser palestino. Na minha opinião, como perito em direitos humanos da ONU, esta é agora uma situação de genocídio. Isso significa que o Estado de Israel em sua totalidade é culpado e deve ser responsabilizado – não apenas indivíduos ou este governo, ou essa pessoa.”

Fakhri denunciou que “a velocidade da desnutrição de crianças pequenas também é surpreendente. O bombardeio e a morte direta de pessoas é brutal, mas essa fome – e o desperdício e o atrofiamento de crianças – é torturante e vil. Terá um impacto de longo prazo na população física, cognitiva e moralmente... Tudo indica que isso foi intencional.”

“Nunca vimos uma população civil passar tanta fome tão rápida e tão completamente, esse é o consenso entre os especialistas em fome”, enfatizou Fakhri, acrescentando que “Israel não está apenas atacando civis, está tentando condenar o futuro do povo palestino prejudicando seus filhos”.

O Relator Especial também abordou o corte de financiamento da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA) pelas potências ocidentais em meio ao genocídio em Gaza e irrupção da fome.

“Acabar com o financiamento quase instantaneamente com base em reivindicações infundadas contra um pequeno número de pessoas não tem outro propósito além da punição coletiva de todos os palestinos em vários países”, afirmou Fakhri.

Ele reiterou que “os países que retiraram essa tábua de salvação são, sem dúvida, cúmplices da fome dos palestinos”.

Desde outubro 7, 24.000 acres de azeitonas permaneceram não colhidas na Cisjordânia depois que Israel impediu massivamente os agricultores de acessar seus pomares, resultando na perda de 1.200 toneladas métricas, ou US \$ 10 milhões de azeite, uma exportação palestina chave e um poderoso símbolo da identidade palestina.

Sobre isso, Fakhri assinalou que “a destruição das oliveiras não é apenas uma questão de comida ou comércio, está no centro do que significa ser palestino e sua relação com a terra, assim como o mar é central para o que significa ser de Gaza”.

GENOCÍDIO

Fakhri enfatizou ainda que “Israel alegará que há exceções aos crimes de guerra. Mas não há exceção ao genocídio e não há nenhum argumento sobre por que Israel está destruindo a infraestrutura civil, o sistema alimentar e os trabalhadores humanitários, e permitindo esse grau de desnutrição e fome... a acusação de genocídio responsabiliza todo um Estado e o remédio do genocídio é a questão da autodeterminação do povo palestino”.

Ele concluiu: “O caminho a seguir não deve ser apenas o fim da guerra, mas realmente a paz”.

De acordo com o portal Al Mayadeen, as instalações da UNRWA – a agência da ONU criada em 1949 pela Assembleia Geral da ONU para proteger as vítimas da Nakba – foram bombardeadas 332 vezes pelas forças israelenses desde 7 de outubro.

Em 19 de fevereiro a ONU alertou sobre uma explosão nas mortes de crianças em Gaza, dada a alarmante falta de alimentos, o aumento da desnutrição e a propagação desenfreada de doenças.

Vinte semanas após a agressão israelense à Faixa de Gaza, agências da ONU alertaram que alimentos e água potável se tornaram “incrivelmente escassos” no território palestino, acrescentando que praticamente todas as crianças pequenas tinham doenças infecciosas.

“Gaza está prestes a testemunhar uma explosão de mortes infantis evitáveis, o que agravaria o já insuportável nível de mortes de crianças em Gaza”, expressou Ted Chaiban, vice-chefe de ação humanitária da agência da ONU para infância Unicef.

Pelo menos 90% das crianças menores de cinco anos em Gaza são afetadas por uma ou mais doenças infecciosas, de acordo com uma avaliação conjunta das agências da ONU para crianças, alimentos e saúde.

Duas organizações de direitos humanos acusaram Israel de restringir ainda mais o fornecimento humanitário a Gaza, apesar da decisão da Corte Internacional de Justiça (CIJ) de colocar Israel no banco dos réus sobre genocídio e incitação ao genocídio, queixa apresentada pela África do Sul, país símbolo da vitória sobre o apartheid, o racismo e o fascismo.

A Anistia Internacional denunciou que as autoridades israelenses “não tomaram nem mesmo as medidas mínimas para cumprir” o veredicto da CIJ.

Tanto a Anistia como a Human Rights Watch (HRW) informaram que o número de caminhões de assistência que entram em Gaza caiu cerca de um terço desde que o veredicto foi divulgado.

TIROS CONTRA FAMINTOS

O Observatório Euro-Med de Direitos Humanos divulgou um comunicado em 16 de janeiro enfatizando que as forças de ocupação israelenses não estão apenas matando palestinos famintos no norte de Gaza devido ao bloqueio contínuo, mas também mataram dezenas de pessoas que tentavam receber a escassa ajuda que está chegando lá.

Houve testemunhos chocantes de que as forças israelenses mataram e feriram dezenas de palestinos na quinta-feira, 11 de janeiro de 2024, na rua Al Rashid, a oeste de Gaza, enquanto tentavam receber ajuda humanitária.

Do nada, drones israelenses abriram fogo contra eles, matando 50 e ferindo muitos outros. Aqueles que conseguiram sobreviver a esse massacre transferiram os feridos.

“EUA desmontou sistema de segurança europeu com riscos a todos”, diz Putin



Putin agradeceu aos cidadãos russos pela unidade na tarefa de desnazificar Kiev

Estados Unidos vetam no Conselho de Segurança da ONU condenação de Israel pelo massacre ao norte de Gaza

Os Estados Unidos vetaram nesta quinta-feira (29) uma declaração proposta pela Argélia e apoiada por 13 membros do Conselho de Segurança da ONU condenando Israel pelos assassinatos de mais de 100 palestinos famintos na fila de comida em Gaza. Por ser um dos cinco membros permanentes do Conselho – junto com a China, França, Rússia, Reino Unido –, o voto contrário dos EUA representa um veto, mesmo com que o conjunto tenha se manifestado unânime contra a chacina ocorrida na madrugada da mesma quinta.

O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, disse estar chocado com a matança e que “o poder de veto foi transformado num instrumento eficaz de paralisação da ação do Conselho de Segurança”.

Infelizmente, apontou o Ministério da Saúde de Gaza, os números devem se agravar pois há pelo menos 760 feridos sem hospitais, equipes médicas ou remédios para receberem atendimento.

EUA CULPA VÍTIMAS

O porta-voz do Departamento de Estado dos EUA, Matthew Miller, culpou os milhares de civis famintos que correram desesperados em socorro até os caminhões de serem os responsáveis pelas mortes. Não pronunciou uma única palavra sobre os tiros disparados contra os veículos. Além disso,



EUA vetou a resolução condenando o massacre

alegou que membros da polícia palestina são filiados ao Hamas e atribui a eles o “massacre da farinha”, em que tanques e atiradores israelenses atacaram inocentes que aguardavam pela entrega da ajuda humanitária.

Cinicamente, o vice-embaixador dos EUA na ONU, Robert Wood, justificou a negativa norte-americana por não ter “todos os fatos” sobre o caso, pois os relatos seriam “contraditórios”, assim como as “circunstâncias em torno de como as pessoas morreram”. Afinada com os EUA, a Rede Globo carregou no “grupo terrorista” Hamas e apontou ter havido “confusão na distribuição da comida”, calando sobre a gravidade da fome a que estão submetidos os mais de dois milhões de palestinos na Faixa de Gaza.

O porta-voz do Exército de Israel, nascido no Brasil, Rafael Rozenszajn, declarou que “Israel não atirou em civis que buscavam comida”, que teriam morrido por conta de “empurrões e corre-

ria”. “Enfatizo que, ao contrário das acusações, não atiramos contra civis que buscavam ajuda e não atiramos contra o comboio humanitário, nem do solo nem do ar. Atuamos estritamente de acordo com as normas do direito internacional. Siguro não confiar em informações de uma organização terrorista”, acrescentou, em tom provocativo.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) alertou que a alarmante escassez de alimentos e o aumento da desnutrição e das doenças podem levar rapidamente a uma “explosão” no número de mortes de crianças palestinas. Uma em cada seis crianças com menos de dois anos de idade em Gaza sofre de subnutrição aguda, segundo estimativas da UNICEF publicadas no dia 19 de fevereiro.

Agora, além de obstruírem a entrada de ajuda humanitária na Faixa de Gaza, especialmente nas regiões do norte, abrem fogo contra as filas de comida.

“Humanidade testemunha novo holocausto em Gaza”, denuncia o presidente cubano

“Exigimos que se ponha um fim ao genocídio israelense em Gaza”, afirmou o presidente cubano, Miguel Díaz-Canel, ao se dirigir à manifestação solidária aos palestinos ocorrida em Havana.

Neste sábado (2) uma multidão se reuniu diante da praça onde está localizada a Tribuna Antiimperialista José Martí com a presença também do vice-presidente vicepresidente Salvador Valdés, do primeiro ministro Manuel Marrero e outras autoridades governamentais e de organizações sociais.

Manifestações exigindo o cessar-fogo imediato em Gaza e condenando os vetos dos EUA às resoluções da ONU para que Israel pare o genocídio ocorreram também em Bayamo, Cienfuegos, Pinar del Río, Camaguey, Matanzas (onde a manifestação foi organizada pela Federação das Mulheres Cubanas) e muitas outras localidades.

Nas marchas por todo o país se juntavam bandeiras de Cuba e da Palestina. Muitos manifestantes levaram cartazes afirmando “Cuba não é indiferente ao genocídio”.

Veja o pronunciamento de Díaz-Canel:

Amigos em todo o mundo e compatriotas

Há cinco meses a humani-



Díaz-Canel à frente do ato solidário aos palestinos

dade tem sido testemunha horriporada a um novo holocausto

A Faixa de Gaza, a maior prisão a céu aberto do mundo, onde hoje mais de dois milhões de palestinos estão vivendo em um campo de extermínio sob o criminoso e incessante bombardeio ordenado pelo governo de Israel.

Cuba jamais será indiferente diante de um crime destas proporções. Nos unimos à jornada mundial de apoio ao povo palestino e exigimos que se ponha um fim ao genocídio israelense em Gaza.

Basta de brutalidade! Basta de abuso! Basta de impunidade! Que se caem as armas e falem as pessoas. São perpetrados assassinatos de civis inocentes incluindo idosos, mulheres, meninas e meninos. São mortos funcionários e voluntários de organizações humanitárias.

Em discurso anual, o presidente russo ressaltou que o país enfrentou sanções e garantiu desenvolvimento soberano em nível superior ao da média europeia

Em seu discurso anual à Assembleia Federal da Rússia, o presidente Vladimir Putin convocou o país a se desenvolver com soberania, domínio da alta tecnologia e elevados valores civilizacionais; agradeceu aos cidadãos russos pela unidade diante da tarefa de desnazificar e desmilitarizar o regime de Kiev e dar fim à guerra no Donbass.

Aos recém-ressurgidos aspirantes a intervencionistas, Putin lembrou “o destino daqueles que outrora enviaram seus contingentes ao território do nosso país” e advertiu que as consequências agora seriam “muito mais trágicas”. “Não iniciamos a guerra no Donbass, mas tudo faremos para acabar com ela e erradicar o nazismo”, declarou.

Apesar dos sacrifícios e sanções, saudou o avanço dos BRICS frente ao G7 e a conquista, pela economia da Rússia, da primeira posição na Europa em paridade de poder de compra.

O presidente russo estabeleceu metas estratégicas para o país, inclusive aumentando o prazo de planejamento para seis anos, e chamou a aumentar a participação dos salários no PIB e a digitalização da economia.

Também advertiu aos aprendizes de Napoleão e Hitler sobre recentes roubos e ameaças sobre o possível “envio de tropas” contra a Rússia, da conhecida condição de maior potência nuclear e dotada de armas hipersônicas.

E, diante das recentes provocações Putin fez lembrar “o destino daqueles que outrora enviaram seus contingentes ao território do nosso país”. “Mas agora as consequências para possíveis intervencionistas serão muito mais trágicas”, ele enfatizou.

“Cada Discurso à Assembleia Federal é, antes de mais, um olhar para o futuro”, disse o presidente russo. “E hoje falaremos não só dos nossos planos imediatos, mas também das tarefas estratégicas, daquelas questões cuja solução considero de fundamental importância para o desenvolvimento confiante e de longo prazo do país”.

“Vocês e eu já provamos que somos capazes de resolver os problemas mais complexos e responder a quaisquer desafios mais difíceis. Por exemplo, repelimos a agressão do terrorismo internacional, preservamos a unidade do país e não permitimos no devido tempo que fosse despedaçado.”

“Apoiamos os nossos irmãos e irmãs, a sua vontade de estar com a Rússia, e este ano marca o décimo aniversário da lendária ‘Primavera Russa’. Mas mesmo agora, a energia, a sinceridade, a coragem dos seus heróis – crimeanos, Sebastopol, residentes do rebelde Donbass, o seu amor pela Pátria, que carregaram através de gerações, certamente causa orgulho”, acrescentou Putin.

“Foi assim que, com o mundo inteiro, não só formamos o retrocesso da ameaça mortal de uma epidemia global, mas também mostramos que valores como a misericórdia, o apoio mútuo e a solidariedade prevalecem na nossa sociedade.”

“E hoje, quando a nossa Pátria defende a sua soberania e segurança, protege a vida dos compatriotas no Donbass e Novorússia, o papel decisivo nesta luta justa pertence aos nossos cidadãos, à nossa unidade, à devoção ao nosso país natal, à responsabilidade pelo seu destino.”

“Apesar de todas as perdas, as pessoas são inflexíveis nesta escolha e confirmam-na constantemente com o desejo de fazer o máximo possível pelo país e pelo bem comum.”

“Na produção eles trabalham em três turnos – tantos quantos a frente precisar. Toda a economia, e esta é a base industrial e tecnológica da nossa vitória, tem demonstrado flexibilidade e resiliência. Gostaria agora de agradecer aos empresários, engenheiros, trabalhadores e trabalhadores rurais pelo seu trabalho responsável e árduo no interesse da Rússia.”

Putin se dirigiu aos partidos representados no parlamento, aos quais agradeceu pela coesão em torno dos interesses nacionais. “O sistema político russo é um dos pilares da soberania do país. Continuaremos a desenvolver instituições democráticas e não permitiremos que ninguém interfira nos nossos assuntos internos.”

HÁBITOS COLONIAIS

O chamado Ocidente – afirmou Putin –, “com os seus hábitos coloniais, o seu hábito de incitar conflitos nacionais em todo o mundo, procura não apenas restringir o nosso desenvolvimento – em vez da Rússia, eles precisam de um espaço dependente, descarnado e moribundo, onde possam fazer o que quiserem”.

“Em essência, gostariam de fazer à Rússia a mesma coisa que fizeram em muitas outras regiões do mundo, incluindo a Ucrânia: trazer a discórdia para a nossa casa, para enfraquecê-la a partir de dentro. Mas calcularam mal – isto já é algo absolutamente óbvio hoje: foram confrontados com a posição firme e a determinação do nosso povo multinacional.”

“Todos nós, cidadãos da Rússia, defenderemos juntos a nossa liberdade, o direito a uma vida pacífica e digna, determinaremos o nosso próprio caminho nós próprios e apenas nós próprios, protegeremos a ligação entre gerações e, portanto, a continuidade do desenvolvimento histórico, resolveremos os problemas que o país enfrenta, com base na nossa visão de mundo, nas nossas tradições, nas crenças que passaremos aos nossos filhos.”

“A defesa e o fortalecimento da soberania acontecem hoje em todas as direções e, sobretudo, claro, na frente, onde os nossos soldados lutam com firmeza e abnegação”, acrescentou Putin, sublinhando que todo o povo “se curva diante de sua façanha, lamenta os mortos e a Rússia sempre se lembrará de seus heróis caídos” – o que foi acompanhado por um minuto de silêncio.

“Não iniciamos a guerra no Donbass, mas, como já disse mais de uma vez, tudo faremos para acabar com ela, erradicar o nazismo, resolver todas as tarefas da operação militar especial, proteger a soberania e a segurança dos nossos cidadãos.”

“As forças nucleares estratégicas estão em estado de total prontidão para uso garantido. O que planejamos no domínio dos armamentos, de que falei no discurso de 2018, foi tudo feito ou está sendo concluído”, disse Putin, nomeando os mísseis hipersônicos Kinzhal, Zircon e Avangard, além dos sistemas laser Peresvet. Os primeiros mísseis balísticos pesados Sarmat também foram entregues às tropas.

“A Rússia está pronta para dialogar com os Estados Unidos da América sobre questões de estabilidade estratégica”, disse Putin, questionando, dadas as medidas hostis contra a Rússia, se irão “discutir seriamente conosco questões de estabilidade estratégica, ao mesmo tempo que tentam infligir, como eles próprios dizem, uma derrota estratégica à Rússia no campo de batalha”.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Israel mata mais de cem palestinos ao abrir fogo contra fila da comida



Secretário-geral da ONU, Antonio Guterres

Guterres denuncia chacina de palestinos pelas tropas israelenses em Gaza

O secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, condenou o massacre no qual foram mortos mais de 100 palestinos e outros mais de 800 ficaram feridos quando se aproximavam de caminhões com ajuda humanitária transportada ao norte da Faixa de Gaza, a região mais castigada pelas hordas de Netanyahu desde o dia 7 de outubro.

Guterres exigiu um “imediate cessar-fogo humanitário”.

Segundo o seu porta-voz, Stephane Dujarric, Guterres “mais uma vez conchama por passos urgentes a serem dados para que a ajuda humanitária crítica possa chegar ao interior e ao longo de Gaza a todos que dela necessitam.”

“A hostilidade continuada e outros desafios continuam a barrar nossos esforços para chegar até os civis em Gaza com ajuda em saúde e alimentos capazes de salvar vidas”.

A secretaria-geral da ONU está ciente das mortes de palestinos por desidratação e desnutrição e “exige investigações sobre os responsáveis por estas mortes”, declara Dujarric.

As declarações da direção da ONU foram proferidas assim que se soube do ataque a tiros de metralhadora contra centenas de palestinos concentrados perto de caminhões com alimentos.

Até o momento, o número de mortos desde o início do genocídio perpetrado por Israel na Faixa de Gaza chega a 30.040 e o de feridos ultrapassa os 70 mil.

Os milhares de mortos em mais de 70% mulheres e crianças que pereceram sobre bombardeio por ar, mar e terra contra a população. Além disso, Netanyahu e suas hostes ameaçam atacar de forma massiva a região sulina de Rafah onde se concentram quase 2 milhões de pessoas, muitas das quais se deslocaram desde o norte e o centro sob bombardeio que não deixou de pé mesquitas, escolas, hospitais e dezenas de milhares de residências.

Segundo levantamento divulgado pela Autoridade Nacional Palestina, o ataque israelense a Gaza empurrou 85% da população ao deslocamento interno.

Os palestinos estão sendo esmoados por um bloqueio determinado por Israel que limita o acesso da população de alimentos e até a água, além de medicamentos e fatores básicos de sobrevivência a exemplo de eletricidade e combustível, enquanto que, de acordo com estimativas da ONU, 60% da infraestrutura do enclave foi destruída.

Reuters, AP, BBC, NYT e WPost, entre outros, condenam Israel pela matança de jornalistas

“Nós, os signatários, unimo-nos em solidariedade aos jornalistas palestinos no seu apelo por segurança, proteção e liberdade de reportagem”, afirma a carta aberta coordenada pelo Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ) com o apoio da Associação Mundial de Editores de Notícias (WAN-IFRA) e assinada pelos líderes de mais de trinta empresas jornalísticas de todo o mundo, incluindo New York Times, BBC, Der Spiegel, Washington Post, Associated Press, Agence France-Presse, Haaretz e Reuters.

A missiva enfatiza que mais de três quartos dos 99 jornalistas e profissionais de mídia mortos em todo o mundo em 2023 foram assassinados na guerra Israel-Gaza, a maioria deles palestinos mortos em ataques de Israel ao seu território.

“Durante quase cinco meses, jornalistas e profissionais da comunicação em Gaza – a grande maioria a única fonte direta de informação direta desde o território palestino – têm trabalhado em condições sem precedentes: pelo menos 89 foram assassinados na guerra, segundo o Comitê para a Proteção de Jornalistas”, destaca a carta.

“Os ataques a jornalistas são também ataques à verdade”, afirmam, lembrando à comunidade internacional que os jornalistas são civis e que as autoridades devem protegê-los como não-combatentes, de acordo com o direito internacional.

Os signatários da carta aberta são organizações de mídia da França, Alemanha, Irlanda, Israel, Índia, Japão, Jordânia, Quênia, Líbano, México, Paquistão, Filipinas, Qatar, África do Sul, Estônia, Reino Unido e Estados Unidos:

*Kim Godwin, presidente, ABC NEWS
*Phil Chetwynd, diretor de notícias globais, Agence France-Presse

*Hossam Kanafani, editor-chefe, Al-Araby Al-Jadeed
*Shiro Nakamura, presidente, The Asahi Shimbun, Japão

*Julie Pace, editora executiva, Associated Press
*Simon Spanswick, CEO, Associação de Emissoras Internacionais

*Deborah Turness, CEO da BBC News
*Mark Thompson, presidente e CEO da CNN Worldwide

*Daoud Kuttab, Diretor Geral, Rede de Mídia Comunitária, Jordânia

Branko Brkic, editor-chefe, Daily Maverick, África do Sul

Leia mais no site do HP



Palestinos pranteiam parentes e amigos assassinados pelas tropas invasoras



Manifestantes se concentraram diante da Casa Branca pelo fim da agressão israelense

Dezenas de milhares nas ruas dos EUA condenam apoio de Biden ao genocídio

Dezenas de milhares de manifestantes tomaram as ruas de Washington, Nova York, Seattle, Los Angeles, Chicago, Saint Louis, Salt Lake City, Baltimore, Boston, Providence, Detroit, Vermont entre muitas outras por todo o EUA no último sábado (2) em solidariedade ao povo palestino em Gaza e na Cisjordânia e contra o genocídio perpetrado por Israel. Além do respaldo à libertação da Palestina, os atos condenaram a cumplicidade do presidente Joe Biden com a covarde agressão.

Os atos integram o Dia Mundial de Apoio ao Povo Palestino que mobilizou multidões por todo o Planeta para condenar o terrorismo de Estado israelense e exigindo o imediato cessar-fogo.

A agressão dos invasores já custou a vida de mais de 30 mil palestinos e deixou mais de 70 mil feridos, 50% das resistências destruídas e os moradores com carencia

de água, luz, remédios e hospitais fora de operação ou atuando de forma extremamente precária. Após articular o corte de apoio às organizações humanitárias – identificadas por Israel como “agentes” do Hamas – o governo do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu reforça a sua política de matar por inanição, impedindo a chegada de caminhões através do Egito seguido do ataque a centenas de civis que se aproximavam dos caminhões de alimentos.

Uma das principais ações foi o “plantão” em frente à embaixada de Israel em Washington em memória ao piloto da Força Aérea dos EUA, Aaron Bushnell, de 25 anos, que decidiu atear fogo ao próprio corpo para denunciar o massacre perpetrado em Gaza por meio de uma “punição coletiva” contra crianças, mulheres e idosos.

Ao redor da bandeira verde, branca e vermelha da Palestina, foram acesas velas e erguidos cartazes contra a guerra, denunciando que de nada adianta o governo estadunidense lançar migalhas pelo ar à população de Gaza, enquanto dá a sustentação política e militar para que Netanyahu, prossiga com o seu genocídio.

Ao mesmo tempo, ocorreram protestos em frente à casa do embaixador israelense em Washington, onde foi repudiada a política de extermínio por Israel.

Enfrentando as fortes pancadas de chuva, o intenso frio e a repressão da polícia, uma “grande onda de manifestantes” tomou Nova York, registraram os meios de comunicação. Presente ao ato, a atriz Susan Sarandon reiterou a necessidade de ampliar as ações de solidariedade a fim de isolar o governo de Israel e pôr fim à matança de inocentes.

Professores argentinos param contra cortes de Milei

A paralisação nacional de professores realizada esta segunda-feira (26) pela Confederação de Trabalhadores da Educação da República Argentina (Ctera) repudiou as medidas implementadas pelo governo de Javier Milei que ameaçam o ensino público.

A paralisação teve o apoio de 80% da categoria.

Em todas as 23 províncias (Estados) e na capital federal (Buenos Aires) ocorreram marchas e concentrações exigindo a abertura da negociação salarial, o pagamento do Fundo Nacional de Incentivo Docente (Fonid) e do Fundo de Compensação de Desigualdades Salariais, além da liberação dos recursos para os refeitórios escolares e para os programas educativos.

Com faixas e cartazes, o professorado também denunciou o arrocho – agravado nos dois últimos meses de Milei –, exigiu a valorização das aposentadorias e repudiou a perseguição política imposta pelo protocolo

policialesco da ministra da Segurança, Patricia Bullrich, que atenta contra o direito à manifestação.

“A situação nos bairros populares e em cada uma das nossas escolas é verdadeiramente terrível: o subsídio do refeitório não chega e nem mesmo para o copo de leite, da mesma forma não há dinheiro para comprar uniformes ou material escolar”, protestou a secretária geral do Ctera, Sonia Alesso.

A professora comparou a tragédia neoliberal do desgoverno atual com um dos momentos mais difíceis já vividos, o do “ajuste menemista [Carlos Menem]” de 1989 a 1999.

Líder da Confederação, maior organização sindical do setor e uma das maiores entidades da Argentina, Alesso assinou que não pode haver um único professor ou estudante que seja discriminado em função de onde nasceu. “Lutamos por leis que garantam oportunidades dignas a todos de ensinar e aprender”, frisou.

Sonia Alesso recordou como durante o governo de Carlos Menem “os professores batalharam durante 1.003 dias na Tenda Branca, erguida em frente ao Congresso Nacional, para termos uma Lei de Financiamento Educativo”.

Combateamos durante anos para garantir o Fundo de Compensação Salarial e por políticas educativas, com formação docente gratuita e sob responsabilidade do Estado nacional, acrescentou.

Pressionado, o governo convocou uma reunião com a entidade para esta terça-feira (27). Na quarta (28) a entidade realizará um encontro nacional de lideranças para avaliar a proposta apresentada e debater os desdobramentos.

Mais de 800 ficaram feridos em Gaza quando soldados da ocupação atiraram de metralhadora contra a fila dos que esperavam por alimentos

Tropas israelenses dispararam contra milhares de palestinos que se reuniam em volta de caminhões das Nações Unidas com suprimentos alimentares nesta quinta-feira (29).

Até o momento, há mais de 104 mortos e 800 feridos (dados da Agência palestina de notícias Wafa) pelo bombardeio e tiros de metralhadora.

Fontes médicas alertaram que dezenas de feridos foram transferidos para o Hospital Al-Shifa, frisando que estes números excedem a capacidade da equipe de socorro, diante da falta de pessoal e remédios. As hordas fascistas se aproveitaram da concentração para abrir fogo contra a multidão na rua Haroun Al Rasheed, a sudoeste da Cidade de Gaza.

Ambulâncias e veículos de defesa civil foram impedidos de chegar às áreas alvejadas devido à intensidade dos bombardeios israelenses.

Para agravar a situação, conforme foi relatado, mais palestinos foram mortos atropelados acidentalmente no momento em que os motoristas tentaram desesperadamente fugir das explosões ao seu redor.

Segundo o depoimento de um militar israelense à emissora estadunidense CNN, suas tropas usaram

munição pesada porque “a multidão se aproximava das forças de uma maneira que representava uma ameaça aos soldados, que responderam à ameaça com fogo real”.

As autoridades de Gaza disseram que, infelizmente, o número de vítimas deve aumentar. De acordo com a organização Programa Alimentar Mundial, as suas equipes relataram que os palestinos sofrem de “níveis de desespero sem precedentes”, enquanto as Nações Unidas alertam que 2,2 milhões de pessoas estão à beira da fome.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) reitera que os cidadãos de Gaza sofrem com níveis sem precedentes de insegurança alimentar aguda e fome, e que as condições em Gaza se assemelham à fome. A situação é trágica, avalia a FAO, explicando que todos os habitantes de Gaza pertencem a um dos três níveis de fome, que vão da emergência à crise e ao desastre, condições que nunca havia testemunhado em nenhum país do mundo.

A FAO acrescentou que suscita preocupação é que mais pessoas passem fome em Gaza a cada dia e que ao menos 25% da população da Faixa atingiu os níveis mais elevados de classificação de fome.

Anestésicos, cilindros de oxigênio e muletas encabeçam lista de ajuda vetada por Israel, relata CNN

Reportagem da CNN revelou que anestésicos e máquinas de anestesia, muletas, cilindros de oxigênio, ventiladores mecânicos, geradores e sistemas de purificação da água encabeçam a lista de itens de ajuda humanitária para Gaza negada por Israel e que 15.000 toneladas de ajuda, metade disso, de alimentos, encontra-se parada, sob os critérios mais obscuros e opacos, em um ato de obstrução e desumanidade.

Outros itens que acabaram no “limbo burocrático” – o benevolente termo é por conta da CNN – incluem “tâmaras, sacos de dormir, remédios para tratar o câncer, pastilhas para purificação de água e kits de maternidade”, assim como aparelhos de raios-x.

Em sua investigação, a CNN entrevistou mais de duas dezenas de funcionários humanitários e governamentais e analisou documentos compilados pelos principais participantes da operação humanitária que listam os itens mais frequentemente rejeitados pelos israelenses.

A CNN, funcionários que pediram, por medo, para ficar no anonimato, descreveram um quadro de obstrução deliberada à entrega de ajuda humanitária, sob as alegações mais esdrúxulas.

A questão do estrangulamento da ajuda por parte de Israel tornou-se explosiva perante a opinião pública no mundo inteiro com o assim chamado “massacre da farinha”, em que milhares de palestinos famintos que buscavam comida junto de caminhões da ajuda, no norte de Gaza, onde a ajuda não chegava há muito tempo, foram alvo de tiros disparados pelas tropas de ocupação, causando centenas de mortos e feridos.

A relação de itens, por si só, é uma confissão de crime de guerra, ao negar anestésicos, ventiladores mecânicos, kits de purificação da água e até mesmo remédios contra o câncer

em um quadro em que amputações são feitas sem anestesia, como fartamente documentado, com dois milhões de desabrigados, 400 mil casas destruídas e infraestrutura de saúde e saneamento em ruínas, 100 mil mortos e feridos, um quarto da população sob fome extrema e repetidas notícias de crianças mortas por desnutrição.

“CAOS ARQUITETADO”

A obstrução é cometida por um órgão da ocupação de nome Coordenadoria de Atividades de Israel nos Territórios (COGAT, na sigla em inglês), encarregada desde a retirada israelense de Gaza de manter o enclave como um campo de concentração a céu aberto.

Mesmo que a ajuda venha a obter a aprovação da COGAT, depois de uma longa espera, e da inspeção na fronteira, em qualquer bloqueio no meio do caminho à população necessitada pode arbitrariamente ser embargada por algum agente israelense no terreno.

“É um caos perfeitamente arquitetado”, disse uma fonte da CNN que supervisiona as doações de quatro organizações humanitárias diferentes em uma das rotas de trânsito. Mais de 15 mil toneladas de suprimentos de ajuda aguardam a aprovação israelense para entrar em Gaza, disse a fonte. Mais da metade consiste em alimentos.

“Você pode receber autorização da COGAT, chegar e encontrar a polícia ou funcionários das finanças e da alfândega que enviarão o caminhão de volta”, disse outro funcionário humanitário sênior.

“Embora haja uma guerra em Gaza, estamos travando uma guerra diferente aqui”, disse um trabalhador humanitário na passagem de Rafah, no Egito, com Gaza. “É uma guerra para levar ajuda humanitária a Gaza”.

Leia a íntegra em www.horadopovo.com.br

A República e a revolução - (3)

“Os episódios do 15 de novembro, assim, não foram mais do que o coroamento de longo processo. A República não teve nada de accidental; muito ao contrário, resultou de desenvolvimento progressivo de condições que, no penúltimo decênio do século, tinham se agravado consideravelmente” (Nelson Werneck Sodré em História Militar do Brasil)

CARLOS LOPES

“Em 1882, promovem os nossos capitalistas uma ‘Exposição da Indústria Nacional’, afim de dar uma demonstração pública do que eram capazes em matéria de fabricação, e fazer propaganda em favor das suas ideias protecionistas e anti-inglesas. A exposição foi promovida pela ‘Associação Industrial’, fundada por alguns dos nossos mais ativos industriais para promover o adiantamento da indústria nacional e defender os justos interesses desta’. Numa introdução à espécie de catálogo da mostra, vemos, de autoria do engenheiro civil Antonio Augusto Fernandes Pinheiro, o seguinte trecho, que consideramos bastante expressivo da mentalidade de todo esse grupo social:

“Durante muito tempo foi moda aqui dizer-se que o Brasil devia ser um país essencialmente agrícola... Foi uma chapa por muito repetida e que grande mal nos tem feito... Como essa sentença nos vinha especialmente da Inglaterra ficou logo em moda; e a agricultura já ia em progresso e tomando como boa moeda o que era ouro falso, dissemos: — o inglês tem razão. Cada dia melhor se demonstra o vazio daquela fórmula, cada dia a indústria conquista mais terreno e exuberantemente prova que nela poderá em breve o Brasil apoiar-se tanto quanto na sua agricultura. Devemos aproveitarmos a lição que daí tiramos; sujeitemos, dora em diante, ao menos a uma cautelosa quarentena os conselhos de nossos bons amigos de Inglaterra, e se aquela lição ainda não nos bastar, aproveitemos as lições alheias, tenhamos sempre em vista o resultado da política da Inglaterra na Índia” (cf. Maurício Vinhas de Queiróz, **op. cit.**, pp. 44-45).

Em seguida, Maurício Vinhas de Queiróz reproduz as estatísticas industriais referidas por Roberto Simonsen para o final do século XIX:

“Entre 1880 e 1884 foram fundadas 150 indústrias no Brasil, com o capital de 58.368:338\$000 e de 1885 a 1889 fundaram-se 248 estabelecimentos industriais, com 203.404:521\$000 de capital. No último ano da monarquia existiam no país acima de 636 estabelecimentos industriais, com 401.630:600\$000 de capital (valor de 1920), correspondendo a cerca de 25.000.000 de libras; empregavam 65.000 cavalos vapor e se utilizavam de 54.169 operários; a produção global estava avaliada em 507.092:537\$000. Dos capitais investidos na indústria, 60 por cento estavam no setor têxtil; 15 por cento no da alimentação; 10 por cento no de produtos químicos e análogos; 4 por cento na indústria de madeira; 3,5 por cento na de vestuários e objetos de tocador; 3 por cento na metalurgia” (Roberto Simonsen, **Brazil’s Industrial Evolution**, Esc. Livre Soc. e Pol., S.P., 1939, pág. 24).

Essa expansão das relações capitalistas que serve de base ao movimento republicano.

4

A crise de 1865 abalou o escravismo – e o Império.

Mas, então, começou a Guerra do Paraguai – e a derrocada do Império foi, aparentemente, adiada. É sintomático que muitos republicanos e abolicionistas jamais tenham simpatizado com o esforço brasileiro no Paraguai.



Um exemplo frisante foi Castro Alves.

No entanto, do ponto de vista histórico mais geral, esses brasileiros não tinham razão em suas preocupações. A Guerra do Paraguai acabou por acelerar a Abolição – e, mesmo, a República (v. nosso texto, em 12 capítulos, **A República e a formação do caráter nacional**).

Um historiador militar – aliás, um general – sublinha fortemente as mudanças no Exército, durante e após a Guerra do Paraguai:

“Um lustro de campanha, durante a qual a mobilização cobrira, em certos períodos, mais de 100 mil homens – homens de todas as províncias, e em particular daquelas onde a massa escrava era mais numerosa, e de todas as origens, particularmente as camadas inferiores –, teria de forjar nova mentalidade no Exército. O acontecimento, sob todos os aspectos, fora demasiado traumatizante e demasiado longo para que deixasse de produzir efeitos consideráveis, tanto mais que tinha antecedentes e significativos. O Exército que surge da guerra com o Paraguai é força nova na vida do país – não será relegado mais a segundo plano, não se conformará com isso, não se conformará com um papel subalterno na vida nacional. Até aí – e é interessante verificar esse aspecto –, fora possível a participação, e nem era vedada, de grandes chefes militares na vida política, fazendo parte das agremiações partidárias em que se repartia a luta parlamentar no Império. Pelas suas origens, Caxias, de tradição indefectivelmente conservadora, será das figuras de prola do partido com que se afina; pelas suas origens, Osório, figura espontaneamente liberal, será dos vultos marcantes do partido contrário. Isso não significa a intromissão do Exército na vida política, e contra isso jamais se levantou voz ponderável, não representava nenhum fenômeno ou anomalia, não se discutiu nunca o problema, nem se propôs impedimentos ou se ergueu protesto, ao tempo. Isso não tinha importância – porque o Exército não tinha importância.

“Depois da guerra com o Paraguai, entretanto, o cenário fica mudado inteiramente. Na proporção do envolvimento de cada figura ilustre de chefe militar na vida política existia o fato ou a possibilidade de envolvimento do Exército. E o Exército, agora, tinha importância. É curioso que a tese, evidentemente falaciosa, de que o lugar do militar é no quartel, de que a força militar deve ser muda, de que os seus elementos devem apenas cuidar de seus afazeres profissionais, como autômatos, não foi levantada até aquela fase” (Nelson Werneck Sodré, **História Militar do Brasil**, Editora Expressão Popular, 2ª edição, 2010, pp. 180-181).

Até a Guerra do Paraguai, o efetivo do Exército era insignificante em relação ao nosso território. No momento da



invasão paraguaia, o exército de Solano López era cinco vezes maior que o nosso.

A monarquia se sustenta, militarmente, com base na Marinha, em tropas mercenárias e na Guarda Nacional – uma coleção de milícias provinciais, fundada por Feijó na época da Regência.

A guerra com o Paraguai modifica completamente esse quadro. Foi necessário constituir um grande exército, não só em número de efetivos, mas em chefes militares.

Há, então, uma alteração social – e uma alteração social qualitativa – na composição do Exército. Como registra um trabalho acadêmico:

“O Exército brasileiro era uma instituição de Estado com portas muito diferentes das tradicionais da elite política: para ela dirigiam-se pessoas de menores recursos em busca de educação e ascensão social, nela se concentrava a maioria absoluta da burocracia proletária do Império, seu oficialato era composto por indivíduos que provinham de famílias de rendas modestas, normalmente militares. Daí que mesmo seus oficiais de alta patente sentiam-se representantes da classe média brasileira – de certa forma, o eram. Isso compreendido, é possível traçar paralelos mais claros entre o crescimento das reivindicações militares e o crescimento dos discursos da geração de 1870, que também entendia-se como classe média excluída do sistema” (cf. Bruno Veçozzi Regasson, **O liberalismo de Rui Barbosa entre o Império e a República**, UFSC, 2021, p. 104).

Além disso, “essa composição seria afetada também pelo ingresso de libertos e de escravos, em grande número: a maioria da tropa regular que combateu no exterior era constituída por negros; depois de carregar o fardo do trabalho, carregariam o fardo da guerra. Mas voltariam ao país com novo espírito, com capacidade muito mais ampla de analisar a sociedade escravista brasileira” (Nelson Werneck Sodré, **op. cit.**, p. 183).

É nesse contexto – melhor dizendo, nessa situação – que a figura do marechal Deodoro da Fonseca, depois tão injuriada, aparece como líder do Exército. Em outro texto, abordamos as deturpações históricas em torno da Proclamação da República e dos republicanos – em especial, dos militares (v. HP 14/01/2015, **O nascimento da República e os jabutis em cima das árvores**).

Aqui, podemos pois, ser mais resumidos.

Deodoro, alagoano e mestiço, tinha imenso prestígio, obtido por atos de bravura no Paraguai, onde lutou, com cinco irmãos (dois morreram na batalha de Curupaiti, outro morreu em Itororó, batalha na qual o próprio Deodoro foi gravemente ferido). Referindo-se à sua ascensão,

Referindo-se à sua ascensão, sempre ou quase sempre por atos de bravura, disse ele uma vez: “só tive um protetor: Solano López. Devo a ele, que provocou

a guerra do Paraguai, a minha carreira”.

Em 1879 – portanto, 10 anos antes da Proclamação da República – devido ao conflito entre o comandante de armas da Bahia, brigadeiro Barros Falcão, e o presidente da província, Deodoro é nomeado para substituir o comandante. Apesar de pertencer ao partido conservador, já nessa época Deodoro mostra-se irritado com a monarquia. Da Bahia, escreve ao ministro da Guerra, o liberal Manuel Luís Osório, marechal e marquês do Herval: “Não passo de um verdadeiro comandante superior de Guarda Nacional da roça”.

Não pretendemos, aqui, historiar as “questões militares” do Segundo Reinado, nem mesmo a intervenção de Deodoro em relação ao seu subordinado no Rio Grande do Sul, tenente-coronel Sena Madureira. Estes episódios são bastante conhecidos, para que necessitem ser recontados. No entanto, eles demonstram que a suposta amizade de Deodoro com o imperador é uma lenda cujo objetivo é rebaixar a República a um acontecimento fortuito e sem importância.

Vejam o desfecho das “questões militares”, que, em última instância, decidiram o destino político da monarquia:

“A Questão Militar, nos seus aspectos formais, foi encerrada com solução que deixou totalmente desprestigiado o gabinete Cotegepe, que só viria a cair em março de 1888, solução longa e asperamente debatida no Senado. A doença de que era mero sintoma, porém, persistiu no seu processo natural. Quem via o problema na sua exterioridade, supunha-o simples questão disciplinar, e ainda hoje há quem o veja assim. Mas se assim fosse, teria sido resolvida depressa, e bem. Quando os regulamentos e as leis e as normas e os dispositivos escritos não alcançam, entretanto, debelar o ímpeto dos que se levantam é porque já não correspondem a uma situação real, já foram superados nas suas vigências. A questão era política e não disciplinar. Denunciava, no seu vulto, a gravidade da situação de que o país atravessava e, nela, a deterioração das instituições” (Nelson Werneck Sodré, **op. cit.**, p. 195).

Mais importante – para os objetivos deste ensaio – do que historiar os casos de Sena Madureira, Cunha Matos, etc., é essa avaliação geral do fundo político que se expressava nessas questões supostamente disciplinares. Da mesma forma, e agora em relação aos fatos, é a consequência imediata dessas questões: a fundação do Clube Militar, em 26 de junho de 1887, para a presidência do qual foi eleito Deodoro da Fonseca.

No Clube Militar, o capitão Serzedelo Correia apresentou Deodoro como candidato ao Senado – obviamente, candidato contra a monarquia.

Então, o major Benjamin Constant, vice-presidente do Clube, lente da Escola Militar e republicano assumido, tomou a palavra:

“Sou, em princípio, a favor da

proposta. Mas acho que é necessário ouvir-se, primeiro, o marechal Deodoro, sobre as ideias que atualmente mais agitam o espírito público. Por exemplo: as da abolição, da autonomia das províncias, do casamento civil, da separação da Igreja e do Estado, da secularização dos cemitérios. Uma vez que esta candidatura não deve ter espírito partidário, deve fundar-se no interesse coletivo e no exame de problemas tão abandonados. Até hoje, nunca votei. Mas estou disposto a exercer pela primeira vez esse direito, sufragando um candidato que aceite o programa contido nas ideias que apontei”.

A resposta de Deodoro é sucinta – e sintética:

“Não é de hoje, mas de há muitos anos, que sou adepto das ideias manifestadas pelo major dr. Benjamin Constant”.

A primeira entidade – após o Clube Militar – a apoiar a candidatura de Deodoro ao Senado é a Confederação Abolicionista. Em seguida, os republicanos apoiam o marechal. Ambos, abolicionistas e republicanos, reconhecem o marechal como representante de suas ideias – ou de sua causa.

Deodoro não pretendia ser – e não foi – eleito. Como mostrou Taunay, em **O Senado do Império**, as eleições para o senado vitalício da monarquia eram tão antidemocráticas que era possível eleger um senador com 10 votos – e a escolha final, a partir de uma lista triplíce, era, sempre, do imperador.

No entanto, esta “anticandidatura” de Deodoro teve profunda repercussão no povo – que, quase todo, não votava – e no Exército.

Ainda mais pelo discurso de agradecimento, no qual Deodoro disse:

“Estou profundamente convencido de que a pátria não poderá atingir os gloriosos destinos a que está fadada enquanto tiver em seu seio a mancha da escravidão!”

Era uma declaração de guerra à monarquia, já em 1887. No mesmo ano, em outubro, reunidos no Clube Militar, sob a presidência de Deodoro, os militares decidem recusar-se a perseguir os escravos que se libertam das fazendas.

A rigor, a Abolição está realizada. Desta decisão até a Lei Áurea, distam apenas sete meses de instauração escravista. Esta é a razão pela qual Rui Barbosa atribui, e com justiça, a Abolição aos escravos e ao Exército.

Esta, também, é a razão pela qual Rui inclui a Abolição no processo geral de queda do Império. Seria longo – e fastidioso – repetir, aqui, a série de incidentes que preenchem o período entre a Abolição e a República. Preferimos, assim, reproduzir a síntese de Nelson Werneck Sodré:

“Os episódios do 15 de novembro, assim, não foram mais do que o coroamento de longo processo. A República não teve nada de accidental; muito ao contrário, resultou de desenvolvimento progressivo de condições que, no penúltimo decênio do século, tinham se agravado

Quadro de Pedro Américo, Batalha do Avaí, travada na Guerra do Paraguai

consideravelmente. Um dos aspectos mais sérios desse agravação estava, sem dúvida, no fato de não contar a monarquia com a força armada, para defendê-la. Ao lado do povo, na Abolição e na República, essa força armada refletia os anseios de mudança, esposava os novos ideais, defendia-os ardentemente. Nem teve o positivismo, que tão largamente influenciou no grupo que se formava na Escola Militar, o papel causal que lhe tem sido atribuído. Conquanto fosse enorme o prestígio de Benjamin Constant, e, realmente, a doutrina de Comte, penetrando por via da matemática, influísse no pensamento dos cadetes e em determinados meios civis, ajustando-se bem aos reclamos democráticos daquela fase, sua influência foi apenas parcial e reduzida. A origem de classe da oficialidade, esta sim, explicaria as atitudes tomadas, face aos acontecimentos, pelos militares. O positivismo, permitindo-lhes acomodar os anseios libertários com todo um conjunto de valores éticos ligados ao passado, e como tais consagrados, foi um dos veículos propícios. Nada mais do que isso. Mesmo porque a insatisfação era generalizada, não abrangia apenas aqueles elementos jovens que, nos bancos da Escola Militar, recebiam os ensinamentos de Benjamin. Nem seria este um positivista ortodoxo. E, salvo em alguns sinais exteriores, a doutrina pouco influiria nas instituições novas” (Nelson Werneck Sodré, **História Militar do Brasil**, ed. cit., pp. 207-208).

Análise que é inteiramente coerente com a ordem do dia do Ajudante-General do Exército, Floriano Peixoto, divulgada 14 dias após a Proclamação da República:

“Exultando do mais vivo contentamento, cumpro hoje o dever de levar ao conhecimento do bravo Exército brasileiro que, desde o dia 15 do mês andante, acha-se o torrão sagrado da pátria sob a forma – república federativa. Meu contentamento é tanto maior quanto, com brilho que jamais se apagará das páginas da história de todo o mundo, ficou patente que ao Exército e à Armada brasileira, cujo patriotismo tantas vezes provou-se nos campos de batalha em meio das lutas mais renhidas em defesa da honra da nação – e ao povo se deve não só o êxito da empresa, como também a maneira altamente digna e honrosa por que ela foi alcançada”.

De certa forma, essa ordem do dia confirmava a previsão de Silva Jardim, ainda em agosto de 1888:

“Se a revolução abolicionista fez-se nos quilombos e nas fazendas, a revolução política precisa ser feita nas ruas, e em torno dos palácios do Imperante e de seus ministros... Nada pode dispensar, portanto, um movimento francamente revolucionário...”